

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO – UFOP
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – ICSA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS – DEECO

**MOEDAS SOCIAIS CIRCULANTES LOCAIS E O PAPEL DOS BANCOS
COMUNITÁRIOS: A EXPERIÊNCIA DO BANCLISA EM TEÓFILO OTONI
(MINAS GERAIS)**

MONOGRAFIA DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Anna Luiza Motta Nascimento

Mariana – MG

2019

Anna Luiza Motta Nascimento

**MOEDAS SOCIAIS CIRCULANTES LOCAIS E O PAPEL DOS BANCOS
COMUNITÁRIOS: A EXPERIÊNCIA DO BANCLISA EM TEÓFILO OTONI
(MINAS GERAIS)**

Monografia apresentada ao curso de Ciências Econômicas do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Ouro Preto como parte dos requisitos para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientadora: Prof. Dr^a. Fernanda Faria Silva

Mariana

2019

Anna Luiza Motta Nascimento
Curso de Ciências Econômicas - UFOP

MOEDAS SOCIAIS CIRCULANTES LOCAIS E O PAPEL DOS BANCOS
COMUNITÁRIOS: A EXPERIÊNCIA DO BANCLISA EM TEÓFILO OTONI (MINAS GERAIS)

Trabalho apresentado ao Curso de Ciências
Econômicas do Instituto de Ciências Sociais e
Aplicadas (ICSA) da Universidade Federal de Ouro
Preto como requisito para a obtenção do grau de
Bacharel em Ciências Econômicas, sob orientação da
Profa. Dra. Fernanda Faria Silva

Banca Examinadora:

Fernanda Faria Silva
Profa. Dra. Fernanda Faria Silva (orientadora)

Francisca Diana F. Viana
Profa. Dra. Francisca Diana Ferreira Viana

Marcos Antônio da Silva
Marcos Antônio da Silva (Mestrando PPEA /UFOP)

Mariana, 28 de junho de 2019.

AGRADECIMENTOS

A Deus, minha gratidão pelas pessoas que ele colocou em meu caminho e por me dar forças para começar do zero quando foi necessário.

Aos meus pais, Jannete e Luiz que sonharam e acreditaram junto comigo. Obrigada por apoiarem e entenderem todas as minhas decisões, mesmo quando elas pareciam as mais erradas possíveis.

À minha outra mãe, vó Dadá (*in memoriam*) por ter marcado minha vida de forma inexplicável. Agradeço pelo companheirismo, pelos ensinamentos e por nunca medir esforços para que meus desejos e sonhos fossem realizados.

Aos meus irmãos Washington, Ludimilla, Luizianne e Leandro pelo amor incondicional e por serem ao mesmo tempo inspiração, orgulho e motivação.

À tia Didi, tio Arlindo e família pelo apoio quando essa trajetória se iniciou em BH.

À minha amada República MinaMora, por me permitir viver as mais incríveis experiências. Em especial à Gabi e Rafa, pela amizade que construímos, por me acolherem no início e permanecerem comigo até o final. À Clarissa por todos os momentos compartilhados e por me apoiar e aconselhar nas horas difíceis.

Ao Isaac por acreditar em mim e estar sempre presente, me incentivando e apoiando nesta reta final.

Aos amigos que fiz nesses anos, em especial Daisy e Fernando, aos quais atribuo o clichê “da UFOP para a vida”. Obrigada pela amizade além dos muros da Universidade.

Às amigas da Câmara Municipal de Mariana, Elaine, Edineia e Priscila pelo carinho e por todos os ensinamentos durante os dois anos de estágio.

A todas as pessoas que contribuíram para a realização deste trabalho. Em especial, à minha orientadora Fernanda pelo conhecimento compartilhado e por sempre me orientar de forma prestativa e paciente. À Professora Dra. Francisca Diana e ao Marcos Antônio por terem aceito participar da minha banca e certamente pelas contribuições. À Camila Amaral, Lindayane e Maria Soares pela disposição em auxiliar com as informações referentes ao Banclisa.

Por fim, agradeço aos professores da UFOP, da Escola Municipal “Cel. Júlio V. Motta” e da Escola Estadual “Edmundo Pena” que contribuíram para minha formação até aqui.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APJ	Associação Aprender Produzir Juntos
BANCLISA	Banco Comunitário de Liberdade e Inclusão Solidária Articulada
BC's	Bancos Comunitários
ES	Economia Solidária
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
LETS	Local Exchange Trading Systems
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
PIB	Produto Interno Bruto
REDE	Rede Brasileira de Bancos Comunitários
SEL	Systèmes d'Échange Local
SENAES	Secretária Nacional De Economia Solidária
WIR	Círculo Econômico Privado Wirtschaftsring

LISTA DE FIGURAS

Gráfico 1- Evolução do número de Bancos Comunitários no Brasil (1998 a 2012)	20
Figura 1 - Distribuição dos Bancos Comunitários pelo Brasil em 2012	21
Quadro 1 – Tipos ideais e esquemas de moedas complementares.....	26
Figura 2 - Moeda impressa equivalente a 10 Sol- Viollets	31
Figura 3 - Moeda impressa equivalente a 5 Palmas.....	32
Tabela 1 – Números do Banco Palmas de 2005 a 2009	33
Figura 4 – Local de funcionamento do Banclisa	37
Figura 5 – Moeda impressa equivalente a 1 Lisa	38
Figura 6 – João Joaquim de Melo Neto, mentor do Banco Palmas no I Encontro de Intercâmbio de Bancos Comunitários e Fundos Rotativos Solidários de Minas Gerais em Teófilo Otoni.....	42
Figura 7– Divulgação da moeda eletrônica	43

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar de forma geral os Bancos Comunitários e suas moedas locais no Brasil como mecanismos de desenvolvimento e inclusão financeira para as pessoas e áreas mais pobres. De forma específica, investiga-se os possíveis fatores que permitiram o sucesso de um dos bancos comunitários de Minas Gerais, o Banclisa, localizado no município de Teófilo Otoni. Seu pressuposto é de que o uso das moedas sociais circulantes locais pelos Bancos Comunitários transforma as relações socioeconômicas no território onde circulam e por isto têm se constituído como um importante instrumento de ampliação do acesso de famílias de baixa renda aos serviços financeiros e de fortalecimento local. Para o alcance do objetivo, buscou-se conhecer a trajetória bem como as formas de gestão e articulação do Banclisa. Algumas informações levantadas identificaram que os Bancos Comunitários enfrentam um conjunto de desafios que exigem das instituições o desenvolvimento de estratégias que garantam sua sustentabilidade. Os resultados indicam que o sucesso do Banclisa se constituiu em um cuidadoso processo de organização baseado na proximidade com os usuários do banco e em parecerias com instituições consolidadas.

Palavras chaves: Bancos Comunitários, Moeda social circulante local, Banclisa.

ABSTRACT

This study has been considered the analysis of community banks and the respective local currency in Brazil as mechanisms of development and financial inclusion on poorer areas. Specifically, it was researched the factors that enable the success of a community bank in Minas Gerais, Banclisa, located in municipality of Teófilo Otoni. The assumption is that the use of local currency current on community banks changes the social-economic relations and, consequently, represents an important instrument to increase the access of income families to financial services and its strengthening. In this regard, it was aimed to know Banclisa's trajectory and its methods of management and articulation. Some of the issues raised identified that the community banks deal with a set of challenges that require the development of strategies that ensure their sustainability. The results indicate that Banclisa's success was established with a thorough process of organization based on the proximity to the users and associations with consolidated institutions.

Key words: Community Banks. Local currency. Banclisa.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I: BREVES CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS SOBRE A NÃO NEUTRALIDADE DA MOEDA – INTRODUÇÃO ÀS MOEDAS LOCAIS	13
1.1 – A não neutralidade da moeda no contexto local: o papel das moedas locais	13
CAPÍTULO II: MOEDA SOCIAL CIRCULANTE LOCAL, DEFINIÇÃO, PAPEL E PRINCÍPIOS NORTEADORES DOS BANCOS COMUNITÁRIOS – TEORIA E PRÁTICA	18
2.1 – Moedas sociais circulantes locais e a importância dos bancos comunitários.	18
2.2 – Princípios e práticas da economia solidária: sua importância para o desenvolvimento das moedas locais sociais circulantes locais.	23
2.3 A moeda social circulante local e a tipologia das moedas complementares	25
2.4- Os bancos comunitários no contexto dos diversos países e arranjos internacionais com moedas complementares.....	28
CAPÍTULO III: A EXPERIÊNCIA DOS BANCOS LOCAIS EM MINAS GERAIS: O CASO DO BANCLISA	34
3.1 – Teófilo Otoni e o Vale do Mucuri: características socioeconômicas	35
3.2 – O BANCLISA como estratégia de indução econômica local: sua conformação e características gerais.....	37
3.3 – Banclisa: identificando os possíveis fatores para um caso de sucesso	39
CONCLUSÃO	45
REFERÊNCIAS	47
ANEXO	51

INTRODUÇÃO

O Brasil pode ser considerado com um bom nível de desenvolvimento financeiro, em especial, no que diz respeito ao sistema bancário. No entanto, as condições de financiamento (ao consumidor, empresas, setores produtivos) e seus mais diversos prazos de maturação ainda são bastante segmentados por tipo de instituição, cujo acesso ainda pode ser considerado restrito para grupos que tem algumas dificuldades (como ofertar garantias ou colaterais, por exemplo, ou por consumidores com dificuldades de negociar e pagar os seus empréstimos). Por isso, muito se tem aprofundado sobre o desenvolvimento de mecanismos, programas e ações para incentivar a desburocratização e o acesso de grupos sociais e famílias até então marginalizados do acesso pela via bancária.

As políticas de microcrédito¹ e seus programas de financiamento tem se destacado no país desde a década de 1990, proveniente da estabilidade financeira e econômica após a implantação do Plano Real em 1994. As instituições de microfinanças² tem se diversificado tanto em número quanto aos tipos organizacionais e os propósitos pelos quais são criadas. Entretanto, os problemas de exclusão financeira e de não-bancarização ainda estão muito presentes no país.

Para Dymski (2007), a exclusão financeira pode estar fundamentada tanto sobre uma característica econômica (nível de renda) ou sobre características não específicas, como raça ou etnia. Segundo o autor a exclusão financeira se define como a situação na qual as famílias ou áreas de baixa renda não conseguem obter serviços financeiros adequados, ou somente conseguem obtê-los a um custo excessivamente alto, o que resulta em uma boa parcela de indivíduos não - bancarizados, ou seja, que não possuem conta bancária em uma instituição bancária formal. Ainda, segundo o autor, a “bancarização” dos indivíduos não resolve o problema da exclusão financeira, visto que boa parte da população adulta possui algum vínculo com o Sistema Financeiro Nacional, mas não faz uso do mesmo devido às altas taxas e tarifas.

¹ Microcrédito é a concessão de empréstimos de baixo valor a pequenos empreendedores informais e microempresas sem acesso ao sistema financeiro tradicional, principalmente por não terem como oferecer garantias reais. (Banco Central do Brasil, 2002).

² Termo utilizado para caracterizar a prestação de serviços financeiros adequados e sustentáveis para a população de baixa renda, tradicionalmente excluída do sistema financeiro tradicional, com a utilização de produtos, processos e gestão diferenciados. (Banco Central do Brasil, 2008).

De acordo com os dados divulgados pelo Banco Mundial através da pesquisa FINDEX de 2017, globalmente, cerca de 1,7 bilhão de adultos permanecem desbancarizados- sem uma conta em uma instituição financeira ou por meio de um provedor de dinheiro móvel. Sendo que praticamente todos esses adultos sem banco vivem em países em desenvolvimento. No Brasil, pouco menos de um terço dos adultos não possuem conta própria, porém, 58% desses adultos vivem nos 40% domicílios mais pobres do país.

De acordo com esta pesquisa (FINDEX, 2017), quando questionados sobre o motivo de não possuírem conta bancária, a barreira mais citada foi a falta de recursos financeiros. O custo foi outra barreira importante, citada por 26% dos adultos sem conta em instituição financeira. No Brasil, assim como na Colômbia e no Peru, quase 60% citaram o custo como um empecilho. A distância e a falta de documentação também foram mencionadas, 22% dos adultos desbancarizados disseram que as instituições financeiras estão muito distantes e 20% relataram falta da documentação necessária para abrir uma conta.

Pensar em formas de atenuar o processo de exclusão financeira passa a ser, simultaneamente, uma estratégia de se pensar em formas de promover a inclusão. Mediante aos limites enfrentados pelas políticas de inclusão financeira no Brasil, chamam atenção outras possibilidades atreladas às formas de organizações comunitárias no universo das microfinanças: as finanças solidárias (ou de proximidade), sendo os Bancos Comunitários e suas moedas um modo possível de inserção desses indivíduos na economia.

Este estudo baseia-se na hipótese de que os usos das moedas sociais circulantes locais pelos Bancos Comunitários têm se constituído em um importante instrumento de inclusão financeira no Brasil em termos de ampliação do acesso de famílias de baixa renda e de fortalecimento do local no qual estão inseridas. Sendo assim, busca –se compreender o processo de implementação dos bancos comunitários no Brasil e a gestão de suas moedas locais, analisando de forma direta o caso de maior sucesso no estado de Minas Gerais, o Banclisa de Teófilo Otoni.

Assim, o objetivo geral deste estudo é analisar as experiências dos Bancos Comunitários e suas moedas locais no Brasil como mecanismos de desenvolvimento e inclusão financeira para as pessoas e áreas mais pobres, enfatizando a expansão dos mesmos na última década. E de forma específica, pretende-se conhecer os possíveis fatores que permitiram o triunfo da unidade de Teófilo Otoni, bem como os desafios enfrentados e superados.

Para tal, a pesquisa realizada tem caráter exploratório- descritivo e está dividida em quatro partes, incluindo esta introdução. O primeiro capítulo introduz as moedas sociais

circulantes locais no contexto da teoria econômica destacando a não neutralidade da moeda no contexto local.

O segundo capítulo aborda os bancos comunitários como empreendimentos regidos pela prática da Economia Solidária, destacando suas características, modo de funcionamento e gestão da moeda. Além disso, busca-se fazer uma breve sintetização das demais experiências com moedas complementares e suas particularidades.

O terceiro capítulo traz para a discussão o Banclisa, banco Comunitário de Teófilo Otoni considerado um caso de sucesso em Minas Gerais. Nele são elencadas as características gerais do banco e da região onde ele se encontra, bem como as articulações e desafios do mesmo para se consolidar como referência no estado. O desenvolvimento do capítulo foi baseado nas informações obtidas através de um questionário respondido pelo banco. Por fim, seguem as considerações finais

CAPÍTULO I: BREVES CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS SOBRE A NÃO NEUTRALIDADE DA MOEDA – INTRODUÇÃO ÀS MOEDAS LOCAIS

As moedas sociais circulantes locais e os bancos comunitários carregam as características e particularidades das comunidades onde se localizam, por isso estão inteiramente ligados ao conceito de “local”. Elas são definidas por Blanc (1999, *apud* Crocco e Menezes, 2009) como todos aqueles instrumentos utilizados como meio de conta e de pagamento e que convivem paralelamente às moedas nacionais, mas sem concorrer com estas, apenas as complementando.

Tais moedas possuem um papel social que vai além de mediar trocas, interferindo na inclusão financeira dos agentes, no comportamento dos mesmos e no fluxo do mercado. Esta característica torna questionável a teoria de neutralidade da moeda defendida pela ortodoxia.

O objetivo deste capítulo é tratar de conceitos teóricos fundamentais para o entendimento das moedas sociais circulantes locais dos Bancos Comunitários no contexto da teoria econômica. Para tanto, procura-se apresentar os principais conceitos para a compreensão de como funciona a lógica e qual a importância destes arranjos e instituições.

Na próxima seção deste capítulo será discutida como as vertentes teóricas econômicas consideram a relação da moeda na economia e a importância que as moedas sociais circulantes locais desempenham nos contextos nos quais estão inseridas.

1.1 – A não neutralidade da moeda no contexto local: o papel das moedas locais

A moeda é um dos objetos centrais deste trabalho e como se sabe, é também tema de diferentes interpretações entre as principais correntes econômicas. Ortodoxos e Heterodoxos possuem diferentes opiniões em relação à relevância da mesma na economia.

Na ortodoxia, a moeda é considerada neutra no longo prazo, sendo entendida apenas como um instrumento utilizado para agilizar as trocas e incapaz de afetar as variáveis reais da economia (Mollo, 2004). De acordo com esta autora, essa noção de neutralidade da moeda defendida pelos ortodoxos relaciona-se com os argumentos e conclusões da Lei de Say e da Teoria Quantitativa da Moeda. A primeira, marcada pela frase “toda oferta cria sua própria demanda” elimina a possibilidade de entesouramento na economia, sendo assim, a moeda não

tem o poder de interferir no equilíbrio dos mercados. Em outras palavras, segundo a autora, nessa vertente sua neutralidade garante a legitimidade da Lei de Say.

É a ausência de entesouramento que torna a demanda estável e, conseqüentemente, a velocidade de circulação da moeda estável ou previsível. É, por sua vez, a neutralidade da moeda que impede que variações da quantidade de moeda afetem a produção real, garantindo efeito proporcional sobre o nível geral de preços (Mollo, 2004)

Na Teoria Quantitativa da Moeda, o nível geral de preços é proporcional ao estoque de moeda no equilíbrio e a demanda pela produção independe tanto do estoque de moeda como do nível dos preços (Fischer, 1911, *apud* Gomes, 2015). De acordo com a equação $MV = Py$, o produto da quantidade de moeda M e a velocidade V com que ela cria renda, resulta na própria renda nominal. Sendo assim, aumentos na oferta de moeda causam aumentos proporcionais no nível dos preços. Ou seja, de acordo com Mollo (2004), a inflação é provocada por aumento da quantidade de moeda, e é de responsabilidade do Banco Central controlar a quantidade de moeda (a moeda é considerável exógena pelos economistas ortodoxos).

Já a concepção heterodoxa da Economia Monetária, assentada em Keynes, propõe que a moeda tem papel relevante na economia por influenciar o lado real (e monetário) tanto no curto quanto no longo prazo, nas ações e nas decisões dos agentes. A teoria Keynesiana está assentada no arcabouço da economia monetária de produção³, em especial na importância do sistema bancário e na teoria da preferência pela liquidez⁴, na qual a moeda exerce papéis mais complexos e constitui peça fundamental para o funcionamento das economias capitalistas. (Gomes, 2015).

Os bancos têm uma posição chave na transição de uma escala de atividade menor para uma maior. Se eles se recusam a relaxar a crescente congestão no mercado de empréstimos de curto prazo ou o mercado de novas emissões, como pode ser o caso, inibirão a melhoria, independente de quão frugal seja o propósito do público quanto a suas rendas futuras. (Keynes, 1983, p. 222, *apud* Amado, 2000, p.76)

³ "Uma economia monetária de produção, devemos achar que seja aquela em que mudanças na percepção do futuro são capazes de influenciar a quantidade de emprego e não apenas sua direção" (Keynes, 1936, p.22, *apud* Amado, 2000, p.46)

⁴ De acordo com AMADO (2004, p.504), o papel da moeda na Teoria Keynesiana é ampliado dentro deste novo contexto e que ela continua atuando como referência de liquidez nas economias monetárias de produção. De acordo com esta autora: "com o desenvolvimento financeiro recente, acelerado pelo processo de globalização, a liquidez ganha por esses novos ativos, que são transacionados em escala global, ao invés de roubar o papel da moeda enquanto referência de liquidez e invalidar a teoria da preferência pela liquidez, ampliou a especulação e, ao fazer isso, ampliou o papel da moeda enquanto limite ao crescimento das economias monetárias de produção, uma vez que intensificou a demanda por moeda decorrente do motivo especulação".

A preferência pela liquidez é a razão da não neutralidade da moeda para Keynes e os Pós-Keynesianos. Ele busca demonstrar os motivos para se demandar moeda e liquidez em determinadas situações econômicas. Segundo o autor, a incerteza dos agentes em relação às condições do ambiente econômico exerce influência na decisão de investir ou não, o que faz variar a quantidade de moeda em circulação. Ou seja, a incerteza sobre o comportamento da taxa de juros ao longo do tempo é o que determina a preferência pela moeda como reserva de valor.

O indivíduo, para quem as futuras taxas de juros estarão acima daquelas previstas pelo mercado, tem motivos para conservar em caixa dinheiro líquido, ao passo que quem diverge do mercado em sentido oposto terá motivos para pedir dinheiro emprestado a curto prazo, a fim de adquirir débitos a prazo mais longo. (Keynes, 1936, p.176, *apud* Oreiro, 2013, p.22)

De acordo com Crocco e Menezes (2009), a taxa de juros toma então um significado diferente daquele que é atribuído pela vertente ortodoxa, ela não é a taxa que equilibra a poupança e o investimento, e sim a que baliza a interação entre a oferta de moeda e a demanda pela mesma.

Deste ponto de vista percebe-se que o desenvolvimento local e o processo de inclusão financeira podem ser influenciados, em parte, pelas variáveis monetárias, pelas concentrações bancárias e pelo comportamento do sistema financeiro (principalmente do lado da oferta). Do lado da demanda por recursos, as variáveis monetárias também influenciam no processo de inclusão (em especial, juros, restrição na renda), dificuldade de ofertar garantias; mas também fatores culturais (hábitos e costumes), acesso à agência e/ou canais bancários (principalmente nos grandes centros), entre outros aspectos.

No contexto dos Bancos Comunitários a moeda é um fator dinâmico, não podendo ser analisada em termos de equilíbrio estático uma vez que sua finalidade é conservar e ampliar a riqueza real no local. Os bancos e suas moedas estão inteiramente ligados ao lugar e contexto em que circulam. Neste caso, a moeda é entendida como moeda de uso, como enfatiza Polanyi (2011, *apud* Rigo, 2014), ela se insere num contexto histórico e em sociedades específicas, sob a forma de objetos e em situações também específicas.

Nesse contexto, a rede brasileira de Bancos Comunitários, no intuito de estimular a produção e o consumo local definiu que a adoção de uma moeda local, é um dos critérios determinantes para a sua filiação à rede. Ao circular na comunidade em que atua, a moeda local facilita o desenvolvimento de uma rede de produtores, comerciantes, consumidores e moradores em geral.

A criação de instrumentos alternativos de incentivo ao consumo local – cartão de crédito e moeda social circulante local – que são reconhecidos por produtores, comerciantes e consumidores como eficazes para a dinamização da economia local (Rede, 2006).

A moeda social circulante local é uma moeda criada pelo banco comunitário⁵, complementar à moeda nacional. De acordo com Melo Neto e Magalhaes (2009), essas moedas possuem algumas características, tais como:

- i. O circulante local tem lastro em moeda nacional, ou seja, para cada unidade monetária social emitida existe, no banco comunitário, um valor correspondente em reais.
- ii. As moedas são produzidas com componentes de segurança (papel moeda, marca d'água, código de barra, número de série), para evitar falsificação.
- iii. A circulação é livre no comércio local e, geralmente, quem compra com a moeda social recebe descontos concedidos pelos comerciantes e produtores para incentivo ao uso da moeda no município ou bairro.
- iv. Qualquer produtor ou comerciante cadastrado no banco comunitário poderá trocar moeda social por reais, caso necessite fazer uma compra ou pagamento fora do município ou bairro.

Segundo França Filho (2008), para além de um simples papel de mediador das trocas, a moeda local deve ser compreendida como mediação social e como relação ao grupo como um todo. Sendo assim, o uso da moeda local desempenha um papel importante não apenas no sentido econômico da circulação e geração interna da riqueza, mas também no sentido de empoderamento e de confiança, ao reforçar o sentimento de identidade dos moradores em relação ao local onde vivem.

A criação de uma moeda que se restringe a circular num determinado limite territorial, desponta como mais uma evidência de que a moeda não é simplesmente um “véu que encobre as trocas” numa sociedade capitalista, posto que a principal finalidade de um mecanismo como este é conservar e ampliar a riqueza real no local. Ao contrário da moeda nacional, que tem relação de troca com moedas de outros países, a moeda local não tem validade alguma fora daquele espaço, o que significa que o seu uso tem que se dar ali, invariavelmente. Assim, em vez de realizar consumo e investimento em outros lugares, os detentores da moeda local a empregam na economia local, o que a favorece. (Crocco e Menezes, 2009).

⁵Segundo Silva Junior (2007), os bancos comunitários podem ser qualificados como “um projeto de finanças solidárias de apoio as economias populares de municípios com baixo desenvolvimento, tendo por base os princípios da Economia Solidária e orientando-se para o desenvolvimento socioeconômico de um território. Este conceito será melhor explicado no capítulo 2.

A moeda social circulante local tende a estimular mais o comércio da comunidade na qual está inserida e também o consumo nos empreendimentos locais, fazendo com que o dinheiro seja em grande parte gasto dentro da comunidade em que circula. Ao contribuir para esta dinâmica, evita vazamentos de renda, internalizando-a na localidade.

O próximo capítulo mostra a evolução dos Bancos Comunitários no Brasil e automaticamente, das moedas sociais circulantes locais. Além de outras experiências que embora sejam bem distintas, mostram que a moeda complementar é considerada um instrumento de desenvolvimento local, que tem como um dos objetivos beneficiar o mercado interno da localidade.

CAPÍTULO II: MOEDA SOCIAL CIRCULANTE LOCAL, DEFINIÇÃO, PAPEL E PRINCÍPIOS NORTEADORES DOS BANCOS COMUNITÁRIOS – TEORIA E PRÁTICA

A moeda social circulante local discutida no capítulo anterior é o principal instrumento para os Bancos Comunitários ofertarem seus serviços. Por se tratarem de empreendimentos movidos pelo princípio da solidariedade que caminham no sentido oposto dos bancos tradicionais, existem princípios e especificidades no que se refere ao funcionamento dos bancos à circulação de suas moedas.

O objetivo deste capítulo é ressaltar a importância dos Bancos Comunitários como um empreendimento solidário e entidade gestora das moedas sociais circulantes locais no Brasil, fazendo uma breve comparação dos BC's com outros arranjos internacionais que fazem uso da moeda complementar. Com estas experiências, pretende-se entender o objetivo comum destas moedas e suas formas de gestão.

Para isto, a primeira seção traz a definição e o modo de funcionamento de um Banco Comunitário, bem como a crescente evolução no Brasil, enfatizando o que o difere das instituições financeiras convencionais. A segunda traz os princípios da economia solidária e sua evolução no Brasil, discutindo os Bancos Comunitários e suas moedas como uns dos seus principais instrumentos alternativos de inclusão financeira. A terceira seção faz um esclarecimento sobre as diversas denominações existentes para as moedas complementares, enfatizando o princípio social e local das brasileiras. A quarta e última parte do capítulo busca contextualizar os bancos comunitários no conjunto dos principais arranjos internacionais de experiências com moedas complementares.

2.1 – Moedas sociais circulantes locais e a importância dos bancos comunitários.

Os bancos comunitários estão classificados como empreendimentos econômicos solidários e têm se destacado pelas suas formas de organização e de gestão, sendo vistos como uma forma atual e emergente de acesso ao microcrédito no país. De forma geral, bancos comunitários:

são serviços financeiros solidários, em rede, de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda na perspectiva de reorganização das economias locais, tendo por base os princípios da Economia Solidária. Seu objetivo é promover o desenvolvimento de territórios de baixa renda, através do fomento à criação de redes locais de produção e consumo, baseado no apoio às iniciativas de economia solidária em seus diversos âmbitos, como: empreendimentos sócio produtivos, de prestação de serviços, de apoio à comercialização (bodegas, mercadinhos, lojas e feiras solidárias), organizações de consumidores e produtores (Melo Neto e Magalhães, 2009)

Sendo assim, os BC's são uma forma alternativa de geração de crédito tanto para consumidores quanto para produtores de determinada região. Eles se diferem sobremaneira das práticas de microcrédito convencionais por estarem dentro dos territórios e adotarem estruturas participativas (Rigo, França Filho e Leal, 2015). Além de não possuir personalidade jurídica própria, sua estrutura de gestão é feita pelos próprios moradores em parcerias formadas com ONGs e associações do bairro, tendo em vista a cooperação coordenada dos membros da comunidade.

De acordo com França Filho (2008):

[...] a criação das atividades (sócio produtivas) ou a oferta de serviços, são construídas (ou constituídas) em função de demandas reais (genuínas) expressas pelos moradores em seu local. Tal economia estimula, então, no território um circuito integrado de relações socioeconômicas envolvendo produtores e/ou prestadores de serviço em articulação com consumidores e/ou usuários de serviços, numa lógica de rede de economia solidária.

Antes de adentrar às experiências dos bancos comunitários no Brasil, cabe fazer uma pequena contextualização da experiência do *Grameen Bank* (Banco da Aldeia), responsável por inspirar programas de microcrédito e aval solidário no mundo inteiro. Fruto de uma iniciativa de professores e estudantes de economia da Universidade de Chittagong e liderados por Muhammad Yunus, um jovem professor da instituição e chefe do Departamento de Economia, surgiu em Bangladesh, em 1976 o que vem a ser a experiência mais antiga baseada no microcrédito (Gonçalves, 2013).

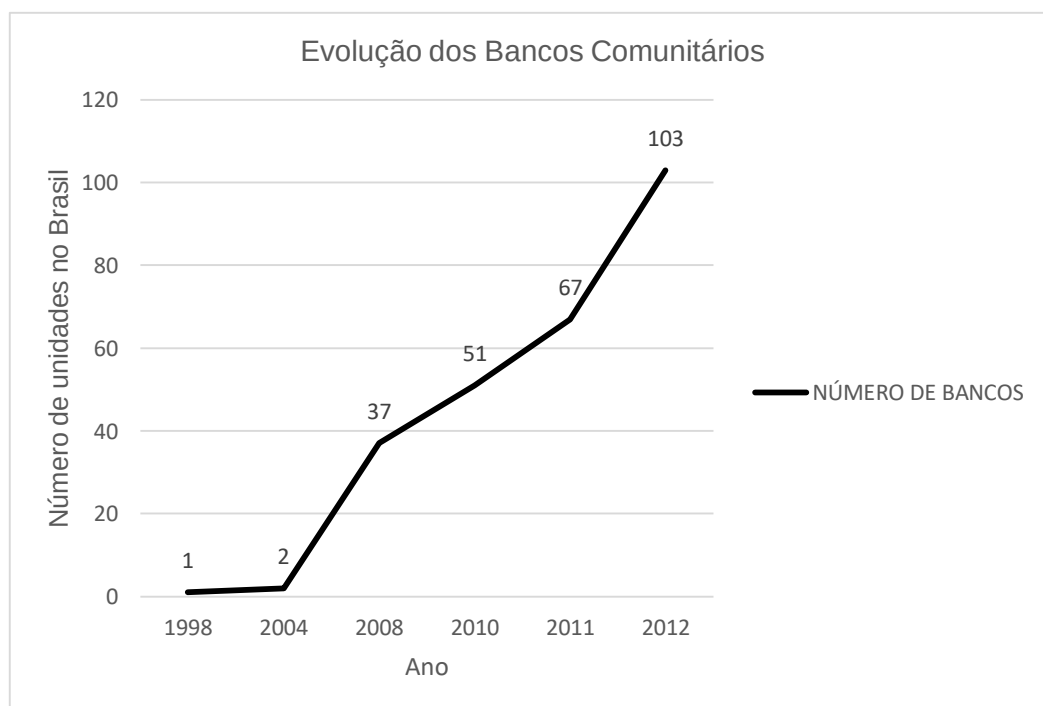
De acordo com Singer (2002), Yunus percebeu que os pobres não eram os camponeses proprietários de terra, mas os que não tinham nenhum tipo de propriedade e como não tinham garantias a oferecer, não conseguiam empréstimos em bancos. De forma experimental, resolveu emprestar uma pequena quantia do seu próprio bolso, já que tinha observado que os valores que os pobres da região precisavam eram relativamente baixos.

.

“Em suma, o banco da Aldeia é o antibanco, faz tudo o que os bancos convencionais fazem..., porém ao contrário. Estes se preocupam com a capacidade de reembolso do prestatário. O banco da aldeia se preocupa com que seus clientes sejam realmente pobres. Os bancos convencionais, tem a responsabilidade ante os acionistas de maximizar o lucro sobre o capital próprio. O banco da aldeia tem como acionistas seus depositantes e mutuários.” (Singer, 2002, p. 81)

A primeira experiência de BC no Brasil se deu com a criação do Banco Palmas, em Fortaleza no ano de 1998. Em 2004, no município de Paracuru, também no Ceará, nasceu o segundo banco comunitário, o Banco Par. De acordo com os dados da Rede Brasileira de Bancos Comunitários, foi possível chegar ao final de 2008 com 37 unidades em funcionamento no Brasil, número que quase triplicou na última década. Ainda segundo a rede, em 2010 eram contabilizados 51 bancos, em dezembro de 2011 a mesma já era composta por 67 unidades e em 2012 já eram 103, como pode ser observado no gráfico 1. Neste mesmo ano circulava no país o valor de 500 mil em moedas locais, com uma estimativa de 350 mil pessoas utilizando deste instrumento.

Gráfico 1- Evolução do número de Bancos Comunitários no Brasil (1998 a 2012)



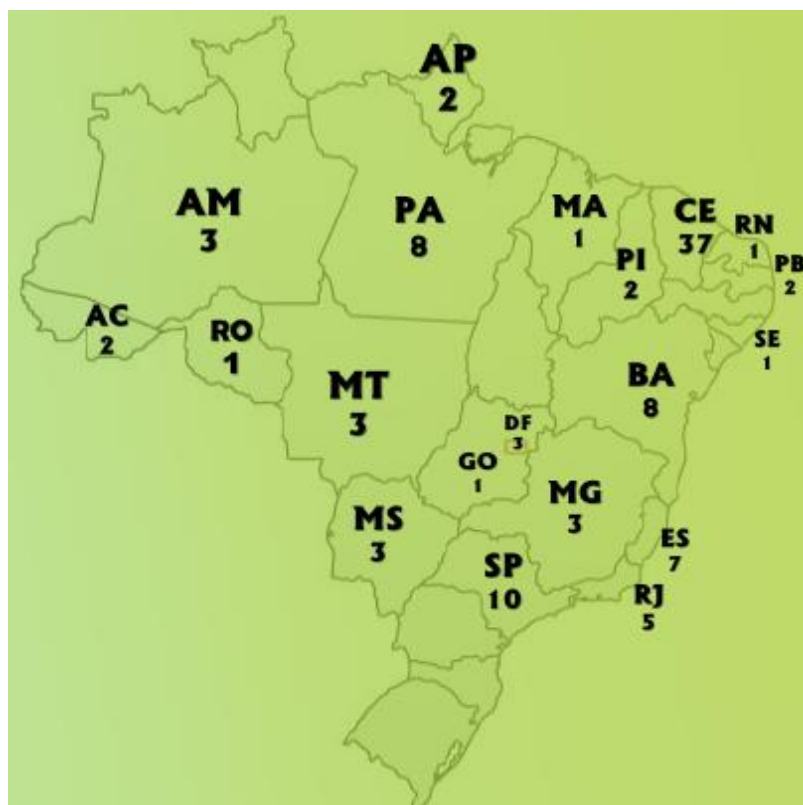
Fonte: Elaborado com base nos dados da Rede Brasileira de Bancos Comunitários (2010, 2011, 2012)

A rede consiste na união de todos os Bancos Comunitários do país, criados a partir da metodologia utilizada pelo Banco Palmas e que estão de acordo com o termo de referência e o marco teórico conceitual dos Bancos Comunitários. Assim, um banco comunitário

[...] assume um destacado papel de promotor do desenvolvimento local e da organização comunitária, ao articular –simultaneamente – produção, comercialização, financiamento e capacitação da comunidade local. (Rede, 2006)

No dia 20 de janeiro de 2018, em manifesto comemorativo dos 20 anos do Banco Palmas, a rede divulgou que naquela data existiam 113 Bancos Comunitários distribuídos em 20 estados e 90 municípios⁶. Entretanto, o último mapa da rede com a catalogação de cada um dos bancos e suas moedas locais foi divulgado em 2012, mostrado na figura 1. Na ocasião a rede era formada por 103 bancos: 16 na região Norte, 10 na região Centro-Oeste, 25 no Sudeste e 52 deles se concentram no Nordeste, região mais pobre do país (Rede, 2012).

Figura 1 - Distribuição dos Bancos Comunitários de pelo Brasil em 2012



Fonte: Relatório Anual do Instituto Banco Palmas (2012)

⁶ Manifesto 20 anos do Banco Palmas (Disponível em: <http://www.institutobancopalmas.org/manifesto-20-anos-banco-palmas/>) Acesso em maio de 2019.

A criação do Banco Palmas se deu quando seu idealizador percebeu que a comunidade não era pobre por falta de dinheiro, mas sim porque as reservas monetárias sempre eram remetidas para o centro da cidade ou para outras localidades, o que impedia a geração riqueza e desenvolvimento para o próprio bairro. Uma pesquisa denominada “mapa da produção e consumo local” mostrou que 80% do consumo da comunidade, de aproximadamente 25.000 pessoas, correspondiam a produtos de outros bairros (Almeida, 2012).

O principal objetivo desses bancos é ao endogeneizar a renda na própria localidade, permitir melhorar a qualidade de vida da comunidade e sua autonomia em relação aos principais meios de produção. Segundo Mance (2000):

quanto mais se distribui a riqueza na rede, mais os seus produtos são consumidos, mais oportunidades de trabalho que geram riqueza são criadas e um número maior de pessoas passa a integrar a rede como produtores e consumidores.

Uma das particularidades dos bancos comunitários é emprestar dinheiro sem juros ou com juros baixos e sem consulta aos Órgãos de Proteção ao Crédito e sem exigência de comprovação de renda, oferecendo aos moradores crédito produtivo, consignado, crédito direto ao consumidor e para pagamento de contas. Os empréstimos se baseiam na confiança que a própria comunidade tem no requisitante.

Um BC trabalha com crédito e não com doação, sendo que o dinheiro emprestado precisa retornar ao banco. Para isso, são realizadas visitas de acompanhamento através de funcionários de um BC para identificar se o tomador de crédito conseguirá honrar a dívida e verificar como o empréstimo está sendo aplicado (Melo Neto; Magalhães, 2003)

Além disso, os empréstimos são feitos através da moeda local criada pelo banco, sendo tal moeda um meio de fomentar o consumo local e fidelizar os indivíduos ao bairro através de privilégios para quem consome com ela. Silva Júnior (2006) e França Filho (2007) concordam que os bancos comunitários buscam através de um novo tipo de relação com o dinheiro e com a comunidade, restaurar laços e vínculos sociais seriamente degradados.

Importa destacar que o banco comunitário vai além da simples concessão de microcrédito e se constitui num programa de desenvolvimento local que passa pelo empoderamento da comunidade, bem como pela sensibilização para a solidariedade e colaboração (Melo Neto; Magalhães, 2003)

O caráter local dos bancos traz a possibilidade de minimizar as características excludoras do capitalismo, uma vez que aumenta a confiança dos agentes no sistema e diminui a ocorrência de dívidas, o que possibilita o aumento dos serviços financeiros. De acordo com

Rigo, França Filho e Leal (2015), este é um mecanismo mais efetivo de inclusão financeira para as pessoas mais pobres por se apoiarem nas relações sociais do território e se basearem em valores como solidariedade e confiança que permeiam as operações financeiras reguladas comunitariamente.

2.2 – Princípios e práticas da economia solidária: sua importância para o desenvolvimento das moedas locais sociais circulantes locais.

A expressão “economia solidária” foi usada de modo pioneiro no Brasil em 1996, pelo economista Paul Singer, que se tornou referência nos estudos sobre o assunto. É um conceito utilizado para definir as atividades econômicas organizadas coletivamente pelos trabalhadores que se associam e praticam a autogestão (Schiocet, 2009). Em meio ao cenário de exclusão financeira e social, ela vem se inserindo como uma resposta em prol da inclusão e da geração de trabalho e renda.

A economia solidária corresponde ao conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito - organizadas sob a forma de autogestão, isto é, pela propriedade coletiva dos meios de produção de bens ou prestação de serviços e pela participação democrática (uma cabeça, um voto) nas decisões dos membros da organização ou empreendimento. (BRASIL, 2005 *apud* Bertucci).

De acordo com Singer (2002), a economia solidária nasceu pouco depois do capitalismo industrial devido ao empobrecimento dos artesãos provocado pela propagação das máquinas e da organização fabril. No Brasil, intensificou-se na década de 1990 após a abertura comercial e o aumento da precarização do trabalho e do desemprego.

[...] é uma resposta a uma profunda crise social que a reestruturação produtiva, as novas tecnologias, a falta de crescimento econômico e a globalização acarretaram, marginalizando uma grande quantidade de trabalhadores, de pequenos empreendedores e de camponeses pelo país afora. (Singer, 2002).

Em 2003 foi criada a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), que possibilitou maior visibilidade e compreensão da ES, com suas necessidades e potencialidades. Desde então, a economia solidária no país está avançando na sua organização política, com a intenção de ultrapassar a dimensão de iniciativas isoladas e fragmentadas. O Mapeamento de Economia Solidária (SENAES, 2014), identificou entre 2009 e 2013 19.708 empreendimentos organizados e distribuídos entre 2.713 municípios brasileiros e envolvendo 1.423.631 pessoas

associadas (Carneiro e Silva, 2014), que atuam na inclusão produtiva com o objetivo de enfrentar a exclusão social.

Assim, os quatro princípios que caracterizam um empreendimento solidário, segundo a SENAES são: (i) cooperação - todos devem trabalhar de forma colaborativa; (ii) autogestão - já que as decisões nos empreendimentos são tomadas de forma coletiva; (iii) ação econômica - como a produção, comercialização, prestação de serviços, trocas, crédito e consumo; e por fim o (iv) princípio da solidariedade - colocado em prática através da preocupação com o outro, da distribuição justa dos resultados alcançados, das relações com a comunidade e da busca de um desenvolvimento sustentável.

Assim, a Economia Solidária, ao reorganizar processos econômicos e cadeias produtivas, se converte ao mesmo tempo em uma dinâmica de desenvolvimento endógeno (a partir de dentro), autogestionário, solidário e sustentável, fazendo dos agentes locais, os atores privilegiados e responsáveis pelo desenvolvimento local, territorial e regional, considerando e ampliando as capacidades locais ou territoriais, numa estratégia nacional de desenvolvimento. (Resolução nº18 - I CONAES, *apud* Singer, Silva e Schiochet).

Ainda segundo a SENAES, a economia solidária deve se configurar como uma estratégia de desenvolvimento alternativo ao modo de produção capitalista, porém não se trata de um movimento externo ao atual modelo. Mas ao contrário, o movimento busca dentro da realidade existente formas alternativas de desenvolvimento econômico baseado em valores mais humanos e na autonomia dos grupos que a praticam.

Para Singer (2002), o capitalismo não é capaz de inserir dentro de si toda a população ativa, por isso não impede o desenvolvimento de outros modos de produção. Entre os instrumentos concretizadores da economia solidária se destacam as associações de produtores; cooperativas de agricultura familiar; cooperativas de coleta e reciclagem; redes de produção, comercialização e consumo; cooperativas de crédito; clubes de trocas e como visto, os bancos comunitários.

Sendo assim, tal iniciativa regida pelos princípios da economia solidária, possibilita colocar em prática a ideia de comércio justo, consumo sustentável e valorização das relações de cooperação, na tentativa de minimizar exclusão financeira e social dentro das comunidades. Os Bancos Comunitários e suas moedas sociais circulantes locais, apesar de não substituírem políticas públicas que possibilitem a inclusão, são boas alternativas na amenização do problema.

2.3 A moeda social circulante local e a tipologia das moedas complementares

A partir da nova concepção de não neutralidade da moeda abordada no capítulo anterior, surgem na literatura diferentes denominações para as moedas que circulam paralelamente às oficiais, reforçando outras possibilidades de interpretação em relação às funções da mesma, que anteriormente era entendida apenas como um meio de troca incapaz de afetar as relações entre os participantes destes conjuntos de trocas. Essas outras possíveis interpretações, de modo geral, entendem a moeda para além do seu sentido econômico e não unicamente como moeda de mercado (Zelizer, 2005, *apud* Rigo, 2014).

A denominação de caráter mais geral usada em vários países é “moeda complementar”. Entretanto, essa definição abrange um conjunto diversificado de todas as moedas não oficiais, sejam elas com fins comerciais lucrativos ou de caráter social. Tal amplitude dá espaço para o surgimento de subgrupos de moedas que se encaixam no grupo das moedas complementares, mas que possuem princípios diversos. Por isso, é importante que seja definido quais os mecanismos e objetivos de cada moeda a partir do arranjo no qual ela se insere.

De acordo com Rigo (2014) existe uma tendência em adotar a denominação “moeda cidadã”, principalmente na França, no intuito de melhor especificar um conjunto de moedas com fins sociais, ecológicos, culturais associados à política cidadã e à ideia de apropriação da moeda por “pessoas comuns”. Já na Alemanha, muito se usa o termo “moedas regionais”. Na Espanha e em Portugal, por exemplo, o termo “moeda social” começa a ser usado por influência dos Bancos Comunitários brasileiros.

Embora atuem com especificidades e contextos diferentes,

as moedas complementares tornam possível a realização de transações e trocas que não ocorreriam sem o uso desses instrumentos. Esse fato significa que mais trabalho e mais riqueza são criados na vida real quando se utiliza moedas complementares. Por esse motivo o uso de moedas complementares cria, não apenas um valor social, mas um valor empresarial, na medida em que esteja associado a incentivos para que os empreendimentos locais possam competir em melhores condições com as empresas controladas por grandes redes de distribuição (Lietaer. 2001. p. 177, *apud* Freire, 2011).

Outro aspecto importante a ser ressaltado em relação às moedas complementares em sua totalidade é que a existência das mesmas reforça a ideia de que o sistema financeiro tradicional é incompleto (ou pouco acessível), não atendendo à toda população bem como às suas necessidades, sejam elas de caráter social, comercial, local, etc. Segundo Blanc (1998), as moedas complementares permitem contra argumentar os princípios econômicos tradicionais

sobre a moeda, quais sejam: que ela é “única”, que é “exclusiva”, e que ela é “propriedade do Estado”.

Para entender as semelhanças e diferenças entre as diversas experiências do universo das moedas complementares, Blanc se dedicou em construir uma tipologia que as diferenciasssem. Em uma das propostas mais recentes, o autor tem como objetivo distinguir as moedas complementares de acordo com seus projetos. Os projetos podem ser definidos por uma filosofia e propósitos gerais; também são caracterizados por seus criadores. A filosofia geral dos sistemas, isto é, princípios e valores orientadores, é de fato uma primeira orientação importante da forma como os sistemas serão construídos (Blanc, 2011). O Quadro 1 mostra os três tipos de projetos que compõem a tipologia desenvolvida pelo autor: territorial, comunitário e econômico.

Quadro 1 – Tipos ideais e esquemas de moedas complementares

Moedas Complementares (CCs – <i>Complementary Currencies</i>)				
Natureza dos projetos	Espaço considerado	Propósito	Princípio guia	Denominação Inglês/Espanhol/Francês
Territorial	Espaço geopolítico (território politicamente definido)	Definir, proteger e fortalecer um território	Redistribuição ou controle político	<i>Local currencies/ Monedas locales/ Monnaies locales</i>
Comunitário	Espaço social (comunidades pré-existentes ou criadas <i>ad hoc</i>)	Definir, proteger e fortalecer uma comunidade	Reciprocidade	<i>Community currencies/ Monedas sociales/ Monnaies sociales</i>
Econômico	Espaço econômico (produção e troca)	Proteger, estimular ou orientar a economia	Mercado	<i>Complementary currencies/Monedas complementarias/ Monnaies complémentaires</i>

Fonte: Adaptado de Blanc (2011, p. 7).

O primeiro, segundo Blanc, engloba os projetos que objetivam de forma primordial afetar as relações monetárias de um espaço geopoliticamente definido. Isso enfatiza o papel dos

atores territoriais e atividades ao construir esse tipo de projeto, e o resultado desejado de resistência ou de desenvolvimento local. (Blanc 2011)

O segundo tipo prossegue um propósito comunitário, considerando espaços sociais formados por um conjunto de atores ou redes. A construção do bem-estar, do empoderamento, da autonomia e das trocas sócias são os principais pontos enfatizados. De acordo com o autor, a reciprocidade é o princípio fundador deste tipo de projeto.

O último tipo se refere às moedas complementares que buscam principalmente um objetivo econômico, definidos por conjuntos de atores e atividades econômicas regidos por princípios de mercado. A troca mercantil é o princípio orientador deste tipo de projeto. No entanto, o autor esclarece que isso não implica que eles sejam implementados com fins lucrativos e sim com a finalidade, por exemplo, de se protegerem por meio da restrição do uso da moeda.

As moedas complementares usadas nos Bancos Comunitários brasileiros são denominadas pelos mesmos como moedas sociais circulantes locais, enfatizando sua função como instrumento para o fortalecimento social e local das comunidades que as utilizam. A definição pode ser endossada com a tipologia de Blanc (2011) citada acima. Logo, o projeto da moeda usada nos Bancos Comunitários pode ser assumido aqui como de caráter local e comunitário (social).

O caráter local, no caso do projeto brasileiro é atribuído ao fato de que as moedas delimitam a comunidade ou o território no qual sua circulação irá acontecer. Na maioria das vezes, os participantes se organizam em torno de uma associação de moradores, ONG ou instituições sem fins lucrativos no intuito de modificar as relações em um espaço geográfico específico.

Os sistemas de moedas locais, são definidos por Lietaer (2011, *apud* Crocco e Menezes, 2009, p.381) da seguinte forma:

trata-se de um acordo entre pessoas de uma mesma comunidade para o uso de uma moeda coexistente com a nacional como meio de pagamento local. Os principais aspectos dessas moedas são a restrição ao local de uso, a não incidência de juros e seu início fora do Estado e do mercado convencional.

O objetivo estratégico de tais moedas é principalmente desenvolver o território concentrando as transações dentro de uma área específica, impulsionando a produção e consumo local, a fim de conservar e concentrar a riqueza naquela área. Ao definir um território, na

maioria das vezes essas moedas acabam definindo também um público local composto por um conjunto de atores ou redes.

A moeda dos bancos comunitários, de acordo com a Rede (2011) é uma moeda local pois atua criando uma rede local de produtores e consumidores. Ou seja, estimula as pessoas a produzirem e consumirem na própria comunidade, criando um circuito financeiro gerador de desenvolvimento local.

Já o caráter social, ou comunitário como é definido na tipologia de Blanc (2011) pode ser atribuído às moedas sociais circulantes locais dos Bancos Comunitários, pelo fato de serem geridas por empreendimentos solidários com nítida orientação ao princípio da reciprocidade e que buscam através do controle social transformar as práticas e representações de troca.

A denominação social, diz respeito principalmente do fato de estas moedas estarem a serviço das comunidades que as criam na intenção de solucionar ou amenizar problemas sociais gerados por problemas econômicos e vice-versa. O uso dessa expressão alinha-se com a estruturação de práticas econômicas associativas inovadoras, sem finalidades lucrativas, promovidas por organizações do terceiro setor, enfatizando um dos lados mais importantes dos programas: o objetivo de inserção das pessoas em comunidades de troca, dotadas de uma dose, geralmente importante, de solidariedade (Blanc, 2006 *apud* Freire, 2011).

2.4- Os bancos comunitários no contexto dos diversos países e arranjos internacionais com moedas complementares

Assim como a Rede Brasileira de Bancos Comunitários, há diversas outras formas de sistemas monetários complementares espalhados pelo mundo. É possível perceber em cada um deles certas distinções e particularidades, porém, possuem o objetivo comum de oferecer alternativas ao sistema monetário convencional.

Em 1934, no período de instabilidade econômica global entre as duas guerras mundiais, surgiu na Suíça um dos mais antigos e bem-sucedidos sistemas monetários complementares, o Círculo Econômico Privado *Wirtschaftsring* - conhecido por WIR. O objetivo era conectar empresas em uma rede de troca e dar liquidez à economia do país mediante a escassez de moeda do período. Ele é basicamente um sistema de crédito para as empresas que fazem parte do círculo trocarem todos os tipos de bens e serviços, mas sem moeda física.

Este sistema evitou que as pequenas e médias empresas entrassem em falência ao injetar capital adicional (moeda complementar recém-criada para operar em paralelo ao franco suíço) a fim de manter o dinheiro circulando na economia através da contínua troca de bens e serviços (Telalbasic, 2017). Todos os tipos de bens e serviços são trocados e os preços são cotados em unidades de crédito WIR, que tem paridade com a moeda nacional.

O sistema WIR é considerado um caso de sucesso, visto que já opera há mais de 8 décadas. Mas, por ser destinado apenas às empresas é considerado por alguns autores como um projeto econômico lucrativo, por isso sua moeda é considerada complementar, mas não possui o caráter local ou social ao qual se direciona esse trabalho.

Baseados também em uma rede de troca, porém entre indivíduos em situação de instabilidade financeira, surge anos mais tarde uma das experiências de sistema complementar de maior destaque, os LETS - *Local Exchange Trading Systems*. De acordo com Rigo (2014), o primeiro caso surgiu no Canadá em 1983 associado a uma crise econômica. O sistema funciona como uma rede de trocas, onde pessoas de uma comunidade, trocam entre si serviços e produtos através de uma moeda própria ou em alguns casos através da troca direta.

Todos os membros colocam à disposição do grupo suas habilidades tais como jardinagem, consultorias e consultas médicas, aulas de informática, de culinária e também seus produtos, como frutas e verduras, alimentos caseiros etc. Numa central, são controlados os créditos e débitos dos membros de forma que, para cada serviço prestado, é creditado um valor em moedas no saldo prestador e o mesmo valor é debitado no saldo daquele que recebeu o serviço ou produto. (Rigo, 2014)

Michael Linton, idealizador do primeiro LETS, colocou o sistema em prática quando o poder aquisitivo da vila onde ele residia decaiu em razão da recessão econômica advinda com a crise na indústria madeireira e a transferência de uma base aérea dos EUA para outra província (Singer, 1999, *apud* Búrigo, 2001). O objetivo era amenizar os problemas causados pela falta de poder aquisitivo após o aumento do desemprego.

Em entrevista ao grupo Comox Valley Record⁷ em 2018, Linton mostra os registros de mais de 30 anos de LETS e conta que a princípio o sistema começou com anúncios no jornal onde as pessoas anunciavam o que tinham para oferecer ou o que precisavam na esperança de negociar com outra pessoa. Porém, logo percebeu que haveria a necessidade de envolver uma forma de moeda nas trocas, surgindo assim o “*Green Dollar*”. Cada membro do sistema passou

⁷ Entrevista de Michael Linton, idealizador do primeiro LETS, ao grupo Comox Valley Record. <
<https://www.comoxvalleyrecord.com/news/decades-of-documents-michael-linton-passes-on-lets-legacy/>>
Acesso em junho de 2019.

a ter uma conta virtual onde eram debitados ou creditados *greens dollars* quando utilizasse ou prestasse um serviço da rede, respectivamente.

Levou apenas algumas semanas para instalar um programa de computador completamente novo. Nós chegamos do nada para um sistema de trabalho em questão de meses. Nós tivemos cerca de 300 pessoas envolvidas na primeira primavera. ” (Linton, ao grupo Comox Valley Record, 2018)

Uma década mais tarde, em 1994, surge na França um sistema semelhante aos LETS denominado SEL's - *Systèmes d'Échange Local*. A principal diferença entre os sistemas é que o francês não aderiu de forma considerável a utilização de uma forma física de moeda (Rigo, 2014). Logo, as transações são realizadas em moedas virtuais. Assim, cada SEL cria sua moeda e seu sistema de trocas.

O SEL é descrito como um sistema composto por indivíduos que compartilham valores, percepções e práticas, e atuam fora do modelo dominante. Baseia-se na geração de laços de amizade, apoio mútuo e confiança, que ressoa com a lógica da reciprocidade. (Servet, 2012, *apud* Orzi, 2015).

Baseado também no conceito de rede de trocas, os SEL's são orientados pelo princípio da reciprocidade para promover o desenvolvimento local, melhorar as habilidades individuais de quem oferece os serviços e criar uma lógica de gestão comunitária. Entre os "selistas" há uma forte consciência de que relacionamentos são formados nas trocas e um alto saldo negativo ou positivo em seus cadernos viola a essência do SEL. (Orzi, 2015)

De acordo com Rigo (2018), em 2013 na região parisiense, existiam mais de 40 SEL's e somavam cerca de 465 em toda França. Devido à expansão, uma associação chamada *SELidaire* foi criada para funcionar como um ponto de contato entre os diferentes SELs do país através de um site. Segundo a associação, a meta é promover a sua criação e desenvolvimento de novos SEL's e facilitar a comunicação entre eles.

Paralelamente aos SEL's, também tem se destacado na França o sistema SOL. Mais recente e um pouco mais parecido com a Rede Brasileira de Bancos Comunitários, o sistema se constitui de uma rede de moedas complementares, onde cada território gerencia sua respectiva moeda.

Embora às vezes funcionem de modo diferente, “as moedas do sistema SOL se assentam em um projeto compartilhado e gerido democraticamente que está vinculado à uma estratégia integrada de desenvolvimento dos territórios baseada em valores ecológicos, humanos e sociais. (Lietaer & Kennedy, 2010, *apud* Rigo, 2018).

De acordo com Rigo (2018), no conjunto de moedas sociais no sistema SOL a de maior expressão, em 2013, era a moeda Sol-Violette, em Toulouse. Criada em 2011, a moeda recebeu este nome da combinação SOL de solidária e violeta em referência à flor emblema da cidade Toulouse, criando uma identidade da moeda com o local onde circula.

Segundo o website oficial da moeda⁸, o objetivo de que a cidade tenha sua própria moeda é fazer com que os cidadãos sejam mobilizados em determinado espaço para impulsionar trocas locais mais responsáveis. Isso inclui evitar o transporte e promover o consumo de produtos locais. Ainda segundo o site, no final de 2016, haviam 49.506 Sol-Violettes em circulação. Em 2017 191 comerciantes aceitavam a moeda em seus estabelecimentos e no total mais de 2.500 usuários solistas usaram o Sol-violette desde o seu início.

É possível usar a moeda sob a forma impressa, como mostrado na figura 2 e também através de um cartão com chip, sendo possível transferir euros de uma conta corrente para o cartão e usar em forma de moeda local. Os comerciantes que aceitam a moeda, podem utilizá-la para pagar os funcionários e os fornecedores que fazem parte da rede.

Figura 2 - Moeda impressa equivalente a 10 Sol- Violettes⁹



Fonte: L'Or et l'Argent (2015)

Assim como as moedas sociais circulantes locais do Brasil, a convertibilidade da moeda local é feita no lastro da moeda oficial. Ou seja, um Sol-Violette é equivalente a 1 euro. Entretanto, uma característica desta moeda que não é comum dentre as moedas do sistema SOL nem entre as moedas dos Bancos Comunitários é que ela é oxidante. Ou seja, ela perde valor

⁸ Website oficial da moeda Sol-Violette.< <https://www.sol-violette.fr/>>. Acesso em junho de 2019.

⁹ Uma moeda local complementar que serve a economia real: o exemplo de Sol Violette (Disponível em <https://www.loretlargent.info/monnaie/monnaie-locale-complementaire-sol-violette/16249/>). Acesso em março de 2019.

depois de certo período. Sendo assim, a cada três meses cada Sol-Viollete passa a valer 0,98 centavos de Sol (perde 2% do valor). De acordo com o website da moeda, sua oxidação tem, acima de tudo, um objetivo pedagógico, todos os seus usuários devem entender este princípio: o dinheiro é feito para ser trocado e não para ser acumulado.

No Brasil, apesar de também se fazerem presentes alguns clubes de troca, destaca-se a experiência da Rede Brasileira de Bancos Comunitários e a criação das moedas sociais circulantes locais. Como já mencionado, a rede de bancos comunitários se expandiu de forma considerável desde a sua criação, sendo uma alternativa ao sistema financeiro tradicional.

É possível notar algumas semelhanças e diferenças entre o caso brasileiro e as outras formas de sistema de moeda local citadas. Dentre os exemplos mencionados, assim como no Brasil existe uma paridade com a moeda nacional. Outra semelhança, desta vez com o Sistema SOL, é que assim como o Sol- Viollet alcançou destaque dentro do sistema francês, a moeda Palmas é destaque no Brasil. O banco Palmas, instituição que gera e dá o nome à moeda, surgiu em 1998 em um bairro periférico de Fortaleza, com cerca de 30 mil habitantes.

A moeda social circulante local Palmas (Figura 3) é atualmente o principal instrumento do Banco Palmas, mas sua criação só se deu em 2002, anteriormente era usado um cartão denominado Palmacard. Segundo o idealizador do projeto, as atividades do banco se iniciaram com um total de R\$ 500,00 através de 20 cartões de crédito (palmacard) para estimular o consumo local e o restante dos recursos, no valor de R\$ 1.500,00 foi emprestado para cinco produtores e comerciantes locais (Banco Palmas, 2010). Com a criação da moeda, passou-se a estimular seu uso no lugar do cartão. Apesar de os dois instrumentos estimularem o consumo local, a moeda impressa circula com muito mais velocidade.

Figura 3 - Moeda impressa equivalente a 5 Palmas



Fonte: Banco Palmas – Relatório anual 2012

Apesar de um início difícil, em 2003 os moradores do Conjunto Palmeira criaram o Instituto Palmas. Dois anos depois, a entidade firmou parceria com a Secretaria Nacional de Economia Solidária do MTE e com o Banco Popular do Brasil. Em 2007 estabeleceu parceria com o governo do estado do Ceará para ampliar os bancos comunitários em sua circunscrição (Melo Neto e Magalhães, 2009). A tabela1, construída através de dados divulgados em 2010 mostra os crescentes números do Banco Palmas de 2005 a 2009.

Tabela 1 – Números do Banco Palmas de 2005 a 2009¹⁰

AÇÕES	FONTE	2005	2006	2007	2008	2009
Carteira de crédito em Palmas	Banco Palmas	3.000	10.000	20.000	25.000	36.000
Número de pessoas atendidas com crédito para o consumo (em palmas)	Banco Palmas	70	97	170	310	340
Número de operações realizadas pelo correspondente bancário	Banco Palmas e Banco Popular do Brasil	40.000	80.000	95.000	110.000	130.000
Número de empreendimentos que aceitam a moeda palmas	Banco Palmas	90	99	130	180	240
Postos de trabalho gerados (formal e informalmente)	Banco Palmas	40	69	110	180	160
Feiras realizadas (em média 25 produtores)	Banco Palmas	6	22	28	17	14

Fonte: Elaborado com base nos dados do documento Banco Palmas – 100 perguntas mais frequentes (2010)

Os números de sucesso do Banco Palmas fizeram com que sua metodologia fosse utilizada para disseminar a experiência pelo mundo todo. De acordo com o idealizador do projeto, João Joaquim de Melo Neto, foram implementados na Venezuela com apoio do Instituto Palmas 3.600 Bancos Comunitários.

Em Minas Gerais, três Bancos Comunitários foram criados a partir da experiência do Banco Palmas e se associaram à rede. O próximo capítulo comenta os três casos, chamando atenção para as dificuldades encontradas, os desafios superados e analisando de forma direta o caso de maior sucesso no estado, o Banclisa localizado na cidade de Teófilo Otoni.

¹⁰ Não foi realizada uma análise dos números do Banco Palmas para os anos mais recentes devido à restrição de dados.

CAPÍTULO III: A EXPERIÊNCIA DOS BANCOS LOCAIS EM MINAS GERAIS: O CASO DO BANCLISA

Com a consolidação do Banco Palmas e da sua moeda social circulante local, experiências semelhantes ganharam cada vez mais espaço e contribuíram para fomentar a economia local em diversas comunidades. De acordo com o mapa da Rede Brasileira de Bancos Comunitários, no estado de Minas Gerais se situam três destas experiências: o Banclisa - Banco Comunitário de Liberdade e Inclusão Solidária Articulado, o Banco Chapadense e o Banco Esmeralda.

No entanto, apesar da rápida expansão das suas unidades entre 2008 e 2012, alguns bancos comunitários enfrentaram dificuldades para dar continuidade às suas atividades e aos serviços oferecidos. Não foi diferente nos casos mineiros.

O Banco Chapadense, primeiro banco comunitário de Minas Gerais foi inaugurado em 2009 no município de Chapada Gaúcha, região norte do estado, também chamada de sertão mineiro. A moeda social circulante local do banco recebeu o nome de Veredas em homenagem a Guimaraes Rosa e seu romance ‘Grande Sertão: Veredas’. A princípio, entre os serviços oferecidos pelo banco estavam o crédito para produção e consumo realizados em moeda local. Entretanto, a informação obtida sobre a situação do banco em contato telefônico realizado em agosto de 2018 foi de que o mesmo encontra-se funcionando parcialmente e a concessão de crédito foi interrompida por tempo indeterminado devido à falta de recursos.

O Banco Esmeralda foi criado em 2012 no distrito de Melo Viana, pertencente ao município de Esmeralda e localizado a 35 km da capital mineira. De acordo com Resgala (2018), em 2015 o banco perdeu sua sede e o fim do apoio financeiro por parte da Secretaria Nacional de Economia Solidária. Devido à falta de assistência por parte do poder público municipal e a dificuldade na adesão da população e dos comerciantes, suas atividades foram paralisadas. Em sua página no *Google*, o banco está registrado como permanentemente fechado e em tentativa de contato através do telefone informado pela mesma página, o número foi dado como inexistente.

Já o Banclisa, localizado em Teófilo Otoni, foi criado em 2012 a partir de um projeto que se iniciou em 2008. Desde então, o banco tem expandido suas atividades. Diante de sua consolidação no estado de Minas Gerais, o Banclisa foi escolhido como objeto de estudo deste capítulo.

Cabe destacar também, que a motivação para esta escolha parte do fato de que apesar da restrição de dados e da ausência de informações relacionadas aos demais bancos comunitários de Minas Gerais, foi possível constatar que dentre os três bancos comunitários criados no estado, a unidade de Teófilo Otoni é referência, além de ser a única operando 100% das suas atividades.

Sendo assim, a primeira parte do capítulo faz uma caracterização socioeconômica do município de Teófilo Otoni, cidade onde se localiza o banco comunitário em análise. A segunda relata de forma breve sua história e suas características. Já a terceira, busca identificar de acordo com os passos do banco em sua trajetória, os motivos que explicam o seu sucesso.

As duas últimas seções foram realizadas com base nas informações obtidas em um questionário¹¹ elaborado de acordo com os pontos de interesse deste trabalho e baseado em partes, no documento do Instituto Palmas denominado “100 perguntas mais frequentes”. O questionário foi enviado por *email* e respondido por este meio, pelas coordenadoras do Banclisa e da Associação Produzir Juntos - APJ em 20 de maio de 2019¹².

3.1 – Teófilo Otoni e o Vale do Mucuri: características socioeconômicas

Teófilo Otoni é considerada uma cidade média, com uma população de 134.475 pessoas (IBGE Cidades, CENSO 2010), está localizado na Região Centro-Norte de Minas e é uma das 23 cidades da mesorregião do vale do Mucuri. Esta região se caracteriza por uma menor expressão econômica em relação às demais áreas do estado.

De acordo com a publicação da Fundação João Pinheiro, denominada Produto Interno Bruto Dos Municípios De Minas Gerais (2017), no ano de 2015 O Vale do Mucuri foi a terceira mesorregião que teve menor participação no PIB mineiro, contribuindo apenas 0,96% para o PIB total do estado. Além disso, de acordo com a mesma publicação, essa mesorregião abrigou dois dos dez municípios de menor PIB per capita de Minas Gerais.

No Vale do Mucuri predominam como principais setores econômicos a agricultura, pecuária e serviços relacionados e o setor industrial ainda é pouco expressivo. Entretanto, apesar de fazer parte de uma região economicamente menos favorecida, Teófilo Otoni se

¹¹ Ver Apêndice A para questionário pela coordenação do Banclisa juntamente com a APJ

¹² Os nomes foram suprimidos pois em função do tempo para a defesa deste trabalho, não houve tempo hábil para a documentação desta pesquisa passar pelo Comitê de Ética da UFOP, logo, não foi obtida autorização formal para a publicação de informações mais específicas sobre a pesquisa.

destaca entre os municípios da mesorregião e é visto como o de maior diversificação econômica desta região com atrativos para investimentos, visto que a indústria tem maior participação no PIB do que a agropecuária (IBGE Cidades, 2016). De acordo com a Secretaria De Estado De Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão Metropolitana (2014), Teófilo Otoni se caracteriza como um centro de serviços regionais. São os serviços responsáveis por grande parte da dinâmica econômica dessa cidade. A prestação de serviços em Teófilo Otoni abrange todo o Vale do Mucuri e exerce influência também sobre o Baixo Jequitinhonha.

Em 2015, a contribuição de apenas 5 cidades totalizou 69,3% do PIB do Vale do Mucuri. Teófilo Otoni foi a cidade com maior porcentagem, isoladamente, participou com 42,83% no PIB do território (Fundação João Pinheiro, 2017).

Segundo dados do IBGE Cidades, nos últimos anos, a participação setorial no PIB de Teófilo Otoni foi em sua maioria proveniente do setor de serviços, seguidos pelos setores de administração pública, indústria e agropecuária. Em 2016, a média salarial na cidade era de 1.8 salários mínimos e a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 19.4%.

O índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) do município sofreu uma considerável variação positiva de 2000 para 2010, passando de 0,589 para 0,701 (Datapedia, 2010), ficando bem próximo da média nacional (0,727) e estadual (0,731). O Índice de Gini para os mesmos anos sofreu uma variação negativa de 0,60 para 0,57, o que mostra que a desigualdade em relação ao grau de concentração da distribuição domiciliar de renda per capita reduziu.

Para Costa (2015), o aumento do IDHM e a queda do Índice de GINI entre os anos de 2000 e 2010 pode ser atribuído ao aumento da renda per capita principalmente dos 20% mais pobres, entre outros fatores, devido à criação do programa Bolsa Família em 2003 e aos investimentos em infraestrutura e empregos, não apenas públicos, mas também privados, no comércio e nos serviços. As ofertas de empregos tiveram aumentos e, mesmo sendo com remunerações reduzidas, eles não são inferiores ao salário mínimo, o que gera uma renda per capita melhor para as famílias.

Em relação às instituições financeiras, no fim de 2018 a cidade contava com 9 agências bancárias, o que pode reforçar a ideia de que apenas a presença das agências não é suficiente para a inclusão financeira e uma maior bancarização dos indivíduos. Por se tratarem de grandes bancos, essas agências podem não atingir a população mais pobre, seja pelas altas taxas ou pela burocracia envolvida para a abertura de contas e utilização dos serviços.

Apesar de se localizar em uma das regiões mais pobres do estado, é possível perceber que Teófilo Otoni conseguiu se sobressair em relação aos demais municípios, segundo a Secretaria De Estado De Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão Metropolitana (2014), atual Secretaria de Estado de Cidades e de Integração Regional, Teófilo Otoni se caracteriza como um centro de serviços regionais, o qual se encontra em situação de saturação, já que atende às demandas de praticamente todo o Vale do Mucuri e, ainda, parte da demanda do Médio e do Alto Jequitinhonha.

O destaque do município se assemelha ao do Banclisa. As outras duas unidades de BC's criadas em Minas Gerais se localizam em regiões consideradas mais prósperas, principalmente o Banco Esmeralda, por estar na região metropolitana de Belo Horizonte. Entretanto, foi a unidade de Teófilo Otoni que se sobressaiu no estado de Minas Gerais, e, por isto, busca-se nas próximas seções explicar a que se atribui o sucesso do banco.

3.2 – O BANCLISA como estratégia de indução econômica local: sua conformação e características gerais

Segundo a coordenação do Banclisa, a unidade foi criada a partir da concretização do sonho de Padre Giovanni Battista Lisa, Fundador da Associação Aprender Produzir Juntos – APJ que abraçou a causa e impulsionou sua criação. Através do Projeto do Fundo Rotativo de Crédito Solidário, iniciou-se em 2008 as atividades de crédito e os trabalhos de correspondente Bancário Caixa Aqui em parceria com a Caixa Econômica Federal de Teófilo Otoni.

Figura 4 – Local de funcionamento do Banclisa



Fonte: Associação Aprender Produzir Juntos – APJ (2015)

Em 2010 foi realizada a criação da moeda social circulante local Lisa, nome dado em homenagem ao Padre Giovanni. Dois anos após, em 2012, houve a migração do Fundo Rotativo de Crédito Solidário para banco comunitário, com a criação do Banco Comunitário de Liberdade e Inclusão Solidária Articulada – BANCLISA.

Além do lastro em moeda social, entre os serviços oferecidos pelo banco também estão crédito de consumo, crédito produtivo, crédito habitacional e o crédito cultural, além do cadastramento e abertura de contas de pessoas físicas e comerciantes para a utilização da moeda social eletrônica Lisa E-dinheiro. Os recursos para crédito são conseguidos através de projetos realizados pela entidade gestora APJ através dos 2% debitado dos comerciantes ao efetuar uma venda através da moeda eletrônica.

De acordo com a coordenadora do banco, o objetivo da moeda social Lisa (Figura 5), que assim como nos casos já mencionados também tem paridade com a moeda nacional, é fortalecer a economia local e proporcionar o desenvolvimento econômico social e cultural, uma vez que a riqueza não saia para outras cidades ou beneficie apenas um grupo de pessoas, mas que vise à construção do benefício coletivo nas localidades que possui a moeda própria, frisando a geração de emprego e renda com foco no empoderamento local e na inclusão financeira dos moradores das comunidades.

Figura 5 – Moeda impressa equivalente a 1 Lisa ¹³



Fonte: Aconteceu no Vale (2016)

¹³ Moeda social fortalece economia de municípios mineiros. (Disponível em <http://aconteceunovale.com.br/porta/?p=82594>) Acesso em maio de 2019.

Ainda segundo a coordenadora do banco, o perfil dos moradores destas comunidades e usuários dos serviços do Banclisa são pessoas de baixa renda e a classe trabalhadora, que conseguem visualizar na economia coletiva e repartida de forma justa uma esperança e possibilidades para uma real mudança. Dentre eles cita-se também os beneficiários dos programas sociais, trabalhadores e trabalhadoras de entidades sociais, comércio local e de alguns órgãos públicos como: prefeituras, policiais e professores.

De acordo com as informações obtidas através do questionário, atualmente 77 empreendimentos estão cadastrados de forma ativa no Banclisa e aptos a receber a moeda social Lisa na área de abrangência do banco, que é formada por 17 bairros dos territórios sul e sudeste da cidade de Teófilo Otoni. A região conta com uma população de cerca de 36.000 mil habitantes, mas apenas cerca de 200 pessoas hoje fazem uso da moeda social Lisa. Por isso, a ampliação da utilização da moeda social e cadastramento das pessoas físicas é ao mesmo tempo um desafio e uma meta do banco para os próximos anos.

3.1 – Banclisa: identificando os possíveis fatores para um caso de sucesso

Pelo fato de serem implementados a partir de uma mesma metodologia e em comunidades com realidades sociais semelhantes, os bancos comunitários costumam apresentar dificuldades parecidas.

[...] percebemos que estas [dificuldades] são comuns a todos [os bancos comunitários analisados] e podem ser elencadas assim: 1. Gestão (necessidade de capacitação dos gestores dos bancos); 2. Fundo de Crédito (necessidade de parcerias para captação dos recursos); 3. Sustentabilidade (necessidade de desenvolver produtos que reduzam a dependência dos projetos governamentais); 4. Moedas Sociais (necessidade de lastro para emissão e de transferência de confiança que garanta a circulação) (Silva Junior, 2007 *apud* Frizon, 2015)

Entretanto, o Banclisa vem superando essas dificuldades principalmente devido à forma que a instituição se articulou com instituições locais de diferentes perfis e graças às parcerias firmadas com o governo municipal, comerciantes, associações e universidades. De acordo com informações obtidas junto a coordenadora do banco por meio do questionário enviado por e-mail (Anexo I), foi informado que a gestão da moeda Lisa em papel é organizada de forma simples, através de planilhas do Excel, sendo controlado as datas de entradas e saídas de cada lastro realizado pelo número de série e o valor de cada cédula.

A formação de parcerias pode ser considerada o segundo ponto para a garantia da sustentabilidade do banco. Segundo o Banco Palmas (2010) o estabelecimento de parcerias é fundamental e estratégico. Os parceiros divulgam o trabalho, apoiam concretamente e fazem

também críticas e sugestões. A colaboração dos governos, entidades da sociedade civil e empresas é válida desde que não se perca a autonomia e a linha estratégica da ação.

De acordo com Leal, Rigo e Andrade (2016) como nos bancos comunitários os serviços são auto organizados e a participação dos usuários adquire um papel central na oferta do próprio serviço, a articulação com outras organizações parece fundamental também para que haja conexão com entidades congêneres às finanças solidárias.

Neste sentido, de acordo com as informações obtidas junto à coordenadora do Banclisa, este banco contou com a assessoria do NESOL/USP (Núcleo de Apoio às Atividades de Cultura e Extensão em Economia Solidária da Universidade de São Paulo), apoio da comunidade da Zona Sul de Teófilo Otoni, incluindo entidades sociais, associações de bairro, moradores, comerciantes, ITCP/UFVJM (Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares do Vale do Mucuri da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri), com participação especial dos adolescentes e jovens que faziam parte do Projeto Sócio Educativo Projovem Adolescente coordenado na época pela APJ em parceria com a Prefeitura de Teófilo Otoni e o Ministério de Desenvolvimento Social - MDS.

Para o Instituto Palmas, na publicação 100 perguntas mais frequentes (2010), um dos fatores necessários para que seja criado um banco comunitário é a presença de um processo de mobilização local e de organização comunitária, além de uma instituição da sociedade civil fortalecida e motivada para ser gestora do banco. Quando não existe nenhuma associação ou grupo organizado na comunidade no processo de criação de um banco comunitário, é necessário estimular o surgimento de uma associação comunitária. Nestes casos, o processo de desenvolvimento do banco é mais lento visto que a comunidade precisa se organizar primeiramente.

No caso do Banclisa, a Associação Aprender Produzir Juntos - APJ, fundada em Teófilo Otoni em 1984, foi a grande apoiadora e fomentadora do projeto que desde sua criação defende o cooperativismo e o associativismo. Os recursos originários para a criação do banco também vieram da associação, boa parte através da 'Solidariedade Italiana', que custeia até o presente momento a infraestrutura, recursos humanos e logística de funcionamento do BANCLISA e a outra fonte do recurso foi do Projeto do Fundo Rotativo de Crédito Solidário que a Entidade APJ realizou para o Banco do Nordeste Brasileiro - BNB, no valor de R\$100.000,00 (cem mil reais).

Mediante a APJ possuir um contexto histórico de 35 anos de caminhada na luta dos movimentos sociais, compromissada com a vida da classe trabalhadora, busca-se também firmar parceria com o poder legislativo e executivo do município de Teófilo Otoni em prol de realizar projetos de lei e convênios para atender as instâncias do banco. O apoio destas organizações historicamente reconhecidas, consolidadas e que possuem uma estreita relação com a comunidade colaboram tanto para a implantação quanto para a continuidade do banco comunitário.

Além das parcerias que dão maior credibilidade ao banco, estratégias de comunicação também devem ser consideradas fatores importantes na consolidação de um banco comunitário e de seus laços de confiança com a comunidade. Um levantamento realizado em 26 bancos comunitários da região nordeste no ano de 2012, realizado por Leal, Rigo e Andrade (2016), revelou que 52% deles não realizavam nenhuma atividade de estímulo e formação para circulação e fortalecimento dos sistemas de moeda local. Desse modo, fica evidente que alguns bancos comunitários falham na implementação de estratégias de comunicação.

Este pode ser considerado outro ponto de acerto do Banclisa. Para incentivar a adesão da moeda social Lisa e Lisa E-dinheiro, o banco age através da articulação com as entidades e parceiros da APJ, realizando reuniões, abordagens na fila do correspondente Caixa aqui, efetuando um trabalho de divulgação e cadastramento nos comércios locais que possuem grande público; como também visitas as entidades, empresários, parceiros, estabelecimentos comerciais, prefeitura, Câmara e demais órgãos públicos e privados para apresentação da proposta do BANCLISA, bem como treinamentos e capacitações destes estabelecimentos quando são firmadas as parcerias.

A APJ promove também em parceria com a prefeitura de Teófilo Otoni e outras instituições, seminários, feiras e encontros de capacitação para trabalhadores da economia popular solidária. As feiras divulgam e estimulam a circulação dos produtos do bairro. Em 2018, foi realizada na cidade a 13ª Feira de Economia Popular Solidária, que movimentou o empreendedorismo regional de acordo com a proposta da economia popular solidária e promoveu a circulação da moeda Lisa através da ajuda mútua e da cooperação.

Também em 2018, foi realizado pela APJ um evento que reuniu empreendedores comunitários, gestores e lideranças políticas em busca do fortalecimento da cadeia de economia popular solidária, com foco nas finanças solidárias. O evento denominado I Encontro de Intercâmbio de Bancos Comunitários e Fundos Rotativos Solidários de Minas Gerais aconteceu

em dezembro e contou com a participação do coordenador nacional da Rede de Bancos Comunitários, João Joaquim de Melo Neto (Figura 6) que colaborou no sentido de apontar os caminhos que o Banclisa pode trilhar para prosseguir como uma referência no Estado de Minas Gerais. (Prefeitura de Teófilo Otoni, 2018)

Figura 6 – João Joaquim de Melo Neto, mentor do Banco Palmas no I Encontro de Intercâmbio de Bancos Comunitários e Fundos Rotativos Solidários de Minas Gerais em Teófilo Otoni¹⁴



Fonte: Prefeitura de Teófilo Otoni (2018)

A adesão da moeda social eletrônica é um meio usado pelo banco para promover uma maior circulação da moeda social e fazer com que as transações realizadas sejam direcionadas para investimento em territórios empobrecidos. Segundo o Banclisa, há uma série de vantagens no dinheiro eletrônico. Uma delas é que ele elimina os perigos de se circular com papel moeda. Outra vantagem é que ele normalmente é facilmente convertido em outras moedas, facilitando em muito as viagens a passeio e negócios internacionais. O incentivo ao uso do dinheiro eletrônico permite criar e ampliar correntes de comércio entre os indivíduos e empresas.

¹⁴ Encontro discute finanças solidárias como promotora do desenvolvimento econômico de Teófilo Otoni. (Disponível em: <http://www.teofilo-toni.mg.gov.br/encontro-discute-financas-solidarias-como-promotora-do-desenvolvimento-economico-de-teofilo-otoni/>) Acesso em maio de 2019

Figura 7– Divulgação da moeda eletrônica¹⁵



Fonte: Aprender Produzir Juntos – APJ

Além da adesão da população ao uso da moeda, o Banclisa foca também na participação, na proximidade com os usuários do banco. Criou-se desde o início um Conselho de Desenvolvimento Local e um Comitê Gestor, onde os integrantes são atores da própria comunidade. O banco comunitário visa sempre envolver a comunidade nas discussões do mesmo.

Todas as ações citadas anteriormente demonstram a intenção de garantir a sustentabilidade do banco e o sucesso do mesmo pode ser atribuído em boa parte às parcerias firmadas, à forma como o banco se articulou para a captação de recursos e à adesão e participação da população.

Atualmente, o Banclisa assim como os demais bancos comunitários e empreendimentos de economia solidária sofrem com a falta de recursos para a concessão de microcrédito devido à ausência de políticas públicas na área da economia popular solidária. As que existem são frágeis e ainda não são aplicadas como deveriam ser. Não há recursos direcionados às finanças solidárias para investir nos projetos.

De acordo com a coordenação do banco, o desafio maior tem sido encontrar financiadores ou patrocinadores. A Extinção da Secretaria Nacional de Economia Solidária em

¹⁵ E-dinheiro (Disponível em: <http://apjuntos.org.br/projetos/e-dinheiro/>) Acesso em maio de 2019.

2016 significou além redução dos recursos e incentivos, uma perda enorme das conquistas da economia solidária, limitando a desenvoltura e organização do movimento, restringindo e dificultando os avanços em benefício da comunidade.

Entretanto, ainda segundo a coordenação do Banco, a redução dos recursos, apesar de expressiva, não significa o fim da caminhada. O objetivo é se fortalecer e nos próximos anos alcançar metas como a ampliação dos empréstimos de consumo, habitacional, produtivo e cultural, ampliação do uso da moeda Lisa, implementação de outros BC's no Vale do Mucuri e a criação de um banco comunitário regional, proporcionando a expansão referencial do Banclisa nas instâncias municipal, regional e estadual. Além disso, espera-se que a moeda Social Eletrônica Lisa E-dinheiro esteja circulando em toda cidade de Teófilo Otoni, com mais de 80% dos estabelecimentos aceitando a moeda

O impacto do fim da SENAES nas atividades do banco é descrito pela coordenação da seguinte forma: *“Muito grande. É como se tivesse retirado o “alicerce de uma casa” sorte que havia uma “armação de ferro”, onde muitas entidades de apoio e fomento da Economia Popular Solidária, como a APJ, tem assegurado esta construção.*

Portanto, ao analisar a trajetória e as estratégias do Banclisa, nota-se que certamente a forma como o banco se estruturou foi a responsável pelo sucesso nos seus 7 anos de existência. Acredita-se ainda, que esta mesma forma de estrutura será de extrema importância para que o banco continue enfrentando os novos desafios e rompendo as barreiras para permanecer como um empreendimento solidário de referência em Minas Gerais.

CONCLUSÃO

Ao estudar a experiência dos bancos comunitários e das moedas sociais circulantes locais no Brasil, assim como os demais arranjos com moedas complementares no mundo, fica evidente a existência de uma falha no sistema financeiro tradicional no que se refere ao acesso de pessoas e áreas mais pobres aos serviços financeiros.

O objetivo deste trabalho foi analisar os Bancos Comunitários e suas moedas sociais circulantes locais como um instrumento de inclusão financeira e desenvolvimento local para territórios economicamente menos desenvolvidos. Devido à rápida expansão destas experiências no período de 2008 a 2012, buscou-se aqui investigar de forma específica quais os determinantes para o sucesso do Banclisa, banco comunitário localizado no município de Teófilo Otoni e referência no Estado de Minas Gerais.

O primeiro capítulo introduziu as moedas sociais circulantes locais e constatou a não neutralidade das mesmas no contexto da teoria econômica. No âmbito dos Bancos Comunitários, a moeda além de principal instrumento é também um fator dinâmico e desempenha um papel social que vai além da mediação de trocas. Além disso, seu caráter local é capaz de provocar nos seus usuários a sensação de pertencimento à comunidade e empoderamento social, influenciando no comportamento dos agentes e no fluxo do mercado local.

No segundo capítulo foi abordada a importância dos bancos comunitários e das práticas e princípios da economia solidária para a gestão das moedas sociais circulantes locais. Além disso, foram apresentadas algumas experiências internacionais com moedas complementares que apesar de bem distintas, possuem o mesmo propósito de inclusão do caso brasileiro.

O terceiro capítulo traz para a discussão o Banclisa, banco Comunitário de Teófilo Otoni considerado um caso de sucesso em Minas Gerais. Nele são elencadas as características gerais do banco e da região onde ele se encontra, bem como as articulações e desafios do mesmo para se consolidar como referência no estado. Foi possível concluir, que para isso o banco desenhou boas estratégias. A primeira se refere às parcerias firmadas com instituições consolidadas (APJ, Prefeitura Municipal, Universidades, entre outros), o apoio de tais instituições é de grande importância não apenas na captação de recursos, mas também na fomentação ao uso dos serviços do banco e no aumento da credibilidade do mesmo.

Uma das principais dificuldades enfrentadas pelos BC's é conquistar a confiança e a adesão da população. Neste sentido, outro ponto que pode explicar o sucesso do Banclisa é o

empenho na divulgação da moeda e na realização de eventos onde ela circule. Para incentivar o uso da moeda Lisa impressa e da versão digital Lisa E-dinheiro, o banco investe na realização de reuniões, feiras solidárias, visitas aos mais diversos estabelecimentos para apresentar a proposta do Banclisa e quando firmada uma nova parceria oferece treinamento e capacitação para os novos usuários da moeda.

Constatou-se também que a preocupação em envolver a comunidade nos assuntos relacionados ao banco, seja através do Conselho de Desenvolvimento Local e do Comitê Gestor ou das feiras de economia solidária contribuem para alcançar o objetivo de inclusão e pertencimento, logo, o aumento da participação comunitária do projeto pode estar diretamente relacionado com o aumento da adesão aos serviços oferecidos.

A gestão de um banco comunitário em um cenário de corte de recursos e de poucas políticas públicas destinadas à inclusão financeira e aos empreendimentos solidários envolve desafios. A exemplo dos outros dois bancos comunitários criados em Minas Gerais, outros também encerraram suas atividades ou estão funcionando parcialmente principalmente devido à falta de recursos para a oferta de crédito. Por isso, conclui-se que as estratégias de gestão e articulação do Banclisa foram fundamentais para a continuidade das atividades do banco.

Como indicação para agenda futura de trabalho, ressalta-se a importância de resgatar as experiências das unidades de Esmeraldas e Chapada Gaúcha para identificar os possíveis motivos e dificuldades que levaram à paralisação ou redução das atividades dos bancos, assim como analisar comparativamente com outros casos de sucesso no Brasil e no exterior.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, D. **De morador de Lixão a Banqueiro**. Época Negócios. 2012. Disponível em: <<https://epocanegocios.globo.com/Inspiracao/Empresa/noticia/2012/04/de-morador-de-lixao-banqueiro.html>> Acesso em junho de 2019.
- AMADO, Adriana Moreira. **Limites monetários ao crescimento: Keynes e a não neutralidade da moeda**. Ensaios FEE, Porto Alegre, ano 21, n. 1, 2000.
- AMADO, Adriana Moreira. **Preferência pela Liquidez: o Novo Contexto Financeiro Internacional Inviabiliza a Teoria?** Revista de Economia Política, vol. 24, nº 4 (96), p. 500-513, 2004.
- ASSOCIAÇÃO APRENDER A PRODUZIR JUNTOS – APJ. <<http://apjuntos.org.br/>>. Acesso em junho de 2019.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL (2002). **Introdução ao Microcrédito**. Disponível em <<https://www.bcb.gov.br/htms/public/microcredito/microcredito.pdf>> Acesso em março de 2019.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL (2008). **Microfinanças - O Papel do Banco Central do Brasil e a Importância do Cooperativismo de Crédito**. Disponível em <https://www.bcb.gov.br/htms/public/microcredito/livro_microfinan%E7as_internet.pdf>. Acesso em março de 2019.
- BANCO MUNDIAL. *The Global Findex Database 2017: Measuring Financial Inclusion and the Fintech Revolution*. Washington, 2018. Disponível em: <https://globalfindex.worldbank.org/sites/globalfindex/files/2018-04/2017%20Findex%20full%20report_0.pdf>. Acesso em março de 2019.
- BERTUCCI, Jonas de Oliveira. **A política de economia solidária e as diretrizes da CONAES: uma contribuição crítica**. IPEA - Boletim Mercado de Trabalho nº 43, p.52-57, 2010.
- BLANC, Jérôme. *Classifying “CCS”: community, complementary and local currencies types and generations*. International Journal of Community Currency Research (IJCCR). Vol. 15, Edição Especial, p. 04-10, 2011.
- BLANC, Jérôme. *Las monnaies parallèles: évaluation du phénomène et enjeux théoriques*. Revue d'économie financière, n. 49, p. 81 – 102, 1998. Disponível em: <http://www.aef.asso.fr>. Acesso em janeiro de 2019.
- BÚRIGO, Fábio Luiz. **Moeda social e a circulação das riquezas na economia solidária**. Universidade Federal de Santa Catarina Centro de Filosofia e Ciências Humanas Programa de Pós-Graduação Sociologia Política. Florianópolis, 2001. Disponível em <<http://lemate.paginas.ufsc.br/files/2016/06/Moeda-social-e-a-circula%C3%A7%C3%A3o-das-riquezas-na-economia-solid%C3%A1ria.pdf>>. Acesso maio de 2019.
- CARNEIRO, Leandro Marcondes; SILVA, Sandro Pereira. **Os novos dados do mapeamento de economia solidária no brasil: apontamentos iniciais para o debate**. IPEA – Boletim Mercado de Trabalho, nº57, p. 69-82, 2014.
- COSTA, Alexandre Sylvio Vieira da. **Evolução da renda nas cidades de Carai e Teófilo Otoni, localizadas no nordeste de Minas Gerais nos anos de 2000 e 2010**. Revista Cesumar Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, v.20, n.2, p. 405-423, 2015.

CROCCO, Marco; MENEZES, Melissa Silva. **Sistemas de moeda local: uma investigação sobre seus potenciais a partir do caso do Banco Bem em Vitória/ES**. Publicado em: Economia e Sociedade, Campinas, v.18, n.2 (36), p. 371-398, 2009.

DYMSKI, G. **Exclusão e eficiência: a transformação global do core banking, um estudo para o Brasil**, em De Paula, L. F. e Oreiro, J. (Org.) Sistema Financeiro: em análise do setor bancário brasileiro. Rio de Janeiro, Elsevier, 2007.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. **Considerações sobre um marco teórico-analítico para a experiência dos bancos**. Gestão Social Práticas em Debate, Teorias em Construção, p. 117-18, 2008. Disponível em: <http://gestaosocial.paginas.ufsc.br/files/2011/07/Livro-1-Cole%C3%A7%C3%A3oEnapegsV1_Gest%C3%A3oSocialPraticasDebatesTeoriasConstru%C3%A7%C3%A3o.pdf#page=117> Acesso em maio de 2019.

FREIRE, Marusa Vasconcelos. **Moedas sociais: contributo em prol de um marco legal e regulatório para as moedas sociais circulantes locais no Brasil**. Tese de Doutorado. Brasília: Programa de Pós-Graduação em Direito, Estado e Constituição da Universidade de Brasília (UNB), Brasília, 2011.

FRIZON, Nayana. **Bancos Comunitários de Desenvolvimento: identificação de relações estratégicas de parceria**. Dissertação de Mestrado. Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2015.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Produto Interno Bruto Dos Municípios De Minas Gerais- 2015**. Belo Horizonte, 2017.

GOMES, Keiti da Rocha. **Moeda, incerteza e o sistema financeiro na economia: princípios para uma abordagem regulatória de inspiração keynesiana**. 2015. vi, 213 f., il. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNB_53f46a6e7f6627eb393ba9383a3ceb1e>. Acesso em maio de 2019.

GONÇALVES, Tiago Bonfim. **Breve estudo sobre alguns aspectos da economia solidária e do banco comunitário, com referências ao Brasil**. Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Economia. Salvador, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/14112/1/TIAGO%20BONFIM%20GON%C3%87ALVES.pdf>>. Acesso em junho de 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **IBGE Cidades**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/teofilo-otoni/panorama>> Acesso em junho de 2019.

INSTITUTO PALMAS. **Banco Palmas- 100 Perguntas mais frequentes**. Fortaleza, 2010.

INSTITUTO PALMAS. **Bancos Comunitários de Desenvolvimento, uma rede sob o controle da comunidade**. 2006

INSTITUTO PALMAS. **Relatório Anual 2010**. Fortaleza, 2011. Disponível em: <<http://www.institutobancopalmas.org/numeros/>>. Acesso em maio de 2019.

INSTITUTO PALMAS. **Relatório Anual 2012**. Fortaleza, 2012. Disponível em: <<http://www.institutobancopalmas.org/numeros/>>. Acesso em maio de 2019.

LEAL, Leonrdo Prates; RIGO, Ariádne Scalfoni; ANDRADE, Richard Nogueira. **Finanças solidárias com base em bancos comunitários de desenvolvimento: explorando os dados do diagnóstico no Nordeste do Brasil**. IPEA - IPEA – Boletim Mercado de Trabalho, nº60, p. 77-85, 2016.

MANCE, Euclides André. **Cadeias Produtivas em Rede**. Revista Candeia, ano 1, n.1, p.18-24, 2000. Disponível em: <<http://euclidesmance.net/docs/economia.htm>>. Acesso em maio de 2019.

MELO NETO, João Joaquim; MAGALHÃES, Sandra. **Bancos Comunitários**. IPEA - Boletim Mercado de Trabalho - Conjuntura e Análise nº 41, 2009. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=5744>. Acesso em março de 2019.

MELO NETO, João Joaquim;; MAGALHÃES, Sandra. **Bairros pobres, ricas soluções**: Banco Palmas, ponto a ponto. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2003.

MOLLO, Maria de Lourdes Rollemberg. **Ortodoxia e heterodoxia monetárias: A questão da neutralidade da moeda**. Revista de Economia Política, v. 24, n. 3, p. 323-343, 2004.

OREIRO, José Luís. **Teorias de determinação da taxa de juros**. 2013. Disponível em <<http://joseluisoreiro.com.br/site/link/78880c3bdada87346535f7d46e58c410afa8af8a.pdf>>. Acesso em janeiro de 2019.

ORZI, Ricardo. *French complementary currency systems: exploring contributions to promote social currency in Argentina*. International Journal of Community Currency. Research, Volume 19, 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TEÓFILO OTONI. <<http://www.teofilothoni.mg.gov.br/>> Acesso em junho de 2019.

REDE de **Bancos Comunitários**. **Banco comunitário: serviços solidários em rede**. Fortaleza: Instituto Banco Palmas, 2006.

RESGALA, Gustavo. **Economia (s) e produção social do espaço urbano: a moeda social como proposta para uma nova urbanidade**. 2018. Disponível em: <<https://colmeiasolidariaufmg.files.wordpress.com/2018/04/economias-e-produc3a7c3a3o-social-do-espac3a7o-urbano-a-moeda-social-como-proposta-para-uma-nova-urbanidade.pdf>>. Acesso em junho de 2019.

RIGO, Ariádne Scalfoni. ; FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de ; LEAL, Leonardo Prates. **Os bancos comunitários de desenvolvimento na política pública de finanças solidárias: apresentando a realidade do Nordeste e discutindo proposições**. Desenvolvimento em Questão, v. 13, n. 31, p. 70-107, 2015

RIGO, Ariádne Scalfoni. **Moedas sociais e bancos comunitários no Brasil: aplicações e implicações teóricas e práticas**. 2014. Tese de Doutorado – Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, Salvador, 2014.

RIGO, Ariádne. **Experiências distintas e sentidos compartilhados: o uso das moedas complementares e sociais no Brasil e na França**. Revista de estudos organizacionais e sociedade, nº13. UFMG, Belo Horizonte, 2018.

SCHIOCHET, Valmor. **Institucionalização das Políticas Públicas de Economia Solidária: Breve trajetória e desafios**. IPEA - Boletim Mercado de Trabalho - nº 40, p.55-59,2009.

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, POLÍTICA URBANA E GESTÃO METROPOLITANA. **Plano de desenvolvimento integrado e sustentável do Jequitinhonha e Mucuri: área mineira**. 2014. Disponível em: <http://www.cidades.mg.gov.br/images/documentos/SPADR/Plano%20JM_revisado%20portugus.pdf>. Acesso em junho de 2019.

SILVA JÚNIOR, Jeová Torres. **Bancos Comunitários e Desenvolvimento Territorial: Analisando as Singularidades destas Experiências de Microfinanças Solidárias**. VI Conferência Regional De ISTR Para América Latina Y El Caribe. Salvador – BA. Novembro, 2007.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2002.

SINGER, Paul. **A recente ressurreição da economia solidária no Brasil**. In: Boaventura de Sousa Santos (org). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro, 2002.

SINGER, Paul; SILVA, Roberto Marinho Alves; SCHIOCHET, Valmor. **Economia solidária e os desafios da superação da pobreza extrema no Plano Brasil Sem Miséria**. In: CAMPELLO, Tereza; FALCÃO, Tiago; COSTA, Patrícia V. (Orgs.). *O Brasil Sem Miséria*. Brasília, 2014.

SOARES, Cláudia Lúcia Bisaggio. **Moeda social: uma análise interdisciplinar das suas potencialidades no Brasil contemporâneo**. Tese de Doutorado - Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFSC, Florianópolis, 2006.

TELALBASIC, I. ***Redesigning the concept of money: a ser-vice design perspective on complementary currency systems***. *Journal of Design, Business and Society*, 3(1), pp. 21-44, 2017. Disponível em <https://dspace.lboro.ac.uk/dspace-jspui/bitstream/2134/23907/3/Final_manuscript.opt.Ida_Telalbasic.pdf>. Acesso em maio de 2019.

ANEXO

Anexo 1 – Questionário enviado à coordenação do Banclisa respondido em maio de 2019.

- 1) Quando o BANCLISA iniciou suas atividades?
- 2) Quem criou o banco e de onde vieram os primeiros recursos?
- 3) Qual a atual situação do Banco? (Funcionando totalmente ou parcialmente?).
- 4) Atualmente, quais os serviços oferecidos pelo Banco?
- 5) Qual o objetivo maior da moeda Lisa?
- 6) Qual o objetivo e como funciona o uso da moeda social eletrônica?
- 7) Qual a área de abrangência do banco e qual a população estimada faz uso da moeda social?
- 8) É possível traçar um perfil da maior parte dos usuários do banco e da moeda social? Se sim, qual?
- 9) Qual o número de estabelecimentos que aceitam a moeda social na área de atuação do banco?
- 10) A princípio, quais foram os obstáculos encontrados para o funcionamento do banco?
- 11) Quais os instrumentos o banco utilizou e utiliza para estimular a adesão da moeda social no território?
- 12) Existem parcerias com instituições que apoiam ou influenciam na circulação da moeda?
- 13) Como é feita a gestão da moeda e como se organiza a rede do BANCLISA?
- 14) Como são conseguidos os recursos para crédito?
- 15) Quais os principais desafios e dificuldades na obtenção desses recursos?
- 16) Qual foi o impacto da extinção da Secretaria Nacional de Economia Solidária nas atividades desenvolvidas pelo banco?
- 17) Sabe-se que alguns bancos comunitários encerraram ou deram uma pausa em suas atividades. Qual a estratégia do BANCLISA para permanecer em funcionamento e garantir sua sustentabilidade?
- 18) Quais as metas do banco para os próximos anos?



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO - UFOP
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS - DEECO - ICSA
COLEGIADO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS



Certifico que o aluno (a) Anna Luiza Motta Nascimento autor(a) do trabalho de conclusão de curso intitulado "MOEDAS SOCIAIS CIRCULANTES LOCAIS E O PAPEL DOS BANCOS COMUNITÁRIOS: A EXPERIÊNCIA DO BANCLISA EM TEÓFILO OTONI (MINAS GERAIS)" efetuou as correções sugeridas pela banca examinadora e que estou de acordo com a versão final do trabalho.

Fernanda Faria Silva
Prof. Dr^a. Fernanda Faria Silva

Mariana, 11 de julho 2019.